



Guia de Itinerários Formativos

Volume III

Formação de educadores, atualização dos PPPs escolares e monitoramento da implementação



Ficha Técnica

Idealização

Instituto Reúna

Apoio

Itaú Educação e Trabalho
Instituto Natura
Instituto Sonho Grande
Fundação Telefônica Vivo

Apoio Institucional

Fundação Lemann
Imaginable Futures

INSTITUTO REÚNA

Diretoria-executiva

Kátia Stocco Smole

Coordenação de projetos

Bruna Henrique Caruso
Clea Maria da Silva Ferreira
Daniel Ramos Cordeiro
Mariana Costa Marcondes
Marcos Vinicius Rossi

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Produção técnico-pedagógica

Bruna Henrique Caruso
Clea Maria da Silva Ferreira
Daniel Ramos Cordeiro
Kátia Stocco Smole
Mariana Fátima Muniz Soares
Renato Alves Resende
Rodrigo de Souza Araujo
Taciana Ferreira Vaz

Educação a distância (EAD)

Betina von Staa

Educação especial

Fernanda Squassoni Lazzarini

Educação indígena

Jósimo da Costa Constant

Educação no campo

Karla Tereza Amélia Fornari
de Souza

Medidas socioeducativas

Marisa Fortunato

Educação de jovens e adultos e ensino noturno

Monica Silva Tavares

Educação quilombola

Nádia Maria Cardoso da Silva

Ensino Médio em tempo integral

Renata Lazzarini Monaco
Roberta Maia Pontes

Leitura crítica

Bruno Pereira Garcês
Hugo Bovareto de
Oliveira Horsth
Marisa Montrucchio
Caetano Pansani Siqueira
Catarina Ianni Segatto
Gustavo Blanco de Mendonça

UX designer

Izadora Ribeiro Perkoski

Tecnologia

Fabiana Cabral Silva

Edição de texto

Maggi Krause

Edição e revisão de texto

Mariane Genaro

Projeto gráfico e diagramação

Victor Borges Malta

Ilustração

Sabrina Zerlini de Sá

CONSULTORIA

Alison Fagner de Souza e Silva

Chefe da Unidade do Ensino Médio - SEE PE

Ana Coelho Vieira Selva

Secretária Executiva do Desenvolvimento da Educação - SEE PE

Anna Penido

Diretora do Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação

Danielly Franco de Matos

Chefe de Divisão de Ensino Médio da Seduc-AC e coordenadora de Etapa de Ensino Médio - ProBNCC

Durval Paulo Gomes Júnior

Assessor Pedagógico da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação-SEDE - PE

Flavia Leal King Baleche

Assessora pedagógica - SEED PR

Léia Gonçalo da Silva

Gerente executiva de Ensino Médio - SEE-PB

Marcia Proescholdt Wilhelms

Gestora de Ensino Médio e Educação Profissional/COPEMEP/SUPED/SED/MS

Natalino Uggioni

Frente Nacional Currículo e Novo Ensino Médio do Consed

Sumário



- 4 A árvore**
- 5 Apresentação**
- 9 Ponto de partida**
- 11 As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio**
- 17 Metodologia de elaboração deste guia**
- 19 ETAPA 7
Formação de educadores**
- 45 ETAPA 8
Atualização dos PPPs escolares**
- 56 ETAPA 9
Monitoramento**

A árvore

A árvore representa estrutura e força. Depois da germinação, precisam de energia e impulso para começar a sair do fundo dos solos. Com uma raiz forte e bem ramificada, tornam-se plantas saudáveis com mil e uma possibilidades diferentes de visual, altura e formato. Uma planta mal enraizada está fadada a não sobreviver. Não só as raízes fortes sustentam a árvore, mas também seu caule é responsável pelo transporte de água e minerais para as folhas, garantindo um desenvolvimento saudável. Além de necessitarem de sol, ar e nutrição, poucas são as árvores que sobrevivem sozinhas; muitas precisam estar em um ambiente com outras, inclusive de outras espécies, para sobreviver.

Da família *Bignoniaceae*, e dos gêneros *Tabebuia* e *Handroanthus*, o ipê é uma árvore nativa brasileira¹. Seu nome, de origem tupi, significa “árvore de casca grossa”. Existem mais de 10 espécies de ipês, em suas mais variadas características: de norte a sul do Brasil, com flores brancas, amarelas, rosadas,

¹ Fontes: <http://www.invivo.fiocruz.br/biodiversidade/a-flor-simbolo-do-brasil/>. INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. Quais são as partes da árvore e as suas funções?. 2020. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/quais-sao-as-partes-da-arvore>. Acessos em: 4 jun. 2022.

lilases e roxas, em Florestas Tropicais, Cerrado e Caatinga, cada região com sua flor. Algumas florescem no calor e outras nos dias cinzentos de inverno, informando a chegada da primavera. A árvore-símbolo do Brasil é usada na construção civil, na indústria naval e na marcenaria. Serve como remédio e chá e tem o poder de enfeitar qualquer cenário com sua beleza.

Assim como as árvores, esse guia tem o propósito de lançar raízes num solo fértil e, com muita estrutura, orientar o crescimento de um caule que alimente com ideias e boas propostas os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. O desafio é coletivo e se desdobra em muitas etapas. Mas, à semelhança do ipê, que pode florescer com cores e em momentos diferentes, dependendo do contexto e das escolas, elas se configuram de formas totalmente distintas umas das outras, sem, no entanto, prescindir de uma base sólida. Nosso convite é para que você nos acompanhe na jornada do Guia Itinerários Formativos para entender a estruturação, o planejamento, as condições e os desafios que influenciam a construção e a implementação de variados Itinerários Formativos,

levando em conta as muitas modalidades e ofertas educacionais. Que o conhecimento se mostre denso como um tronco, mas aponte para a leveza das folhas e para a beleza das flores. Que a passagem das estações só reforce suas cores e formatos e possa encantar, assim como aos amantes da flora, os mais dedicados educadores.



Apresentação



Olá! Bem-vindo ao desafio de tecer Itinerários Formativos! A equipe do Instituto Reúna elaborou este Guia para apoiar os responsáveis pelo processo de implementação do Novo Ensino Médio nas Secretarias de Educação. É uma publicação que elenca os principais pontos a considerar até que os estudantes comecem de fato a seguir as opções de Itinerários oferecidas pela rede.

Em especial, nosso público são os técnicos das Secretarias de Educação das redes estaduais e distrital diretamente envolvidos na criação e implementação dos Itinerários Formativos (IF). Se você se encaixa nesse perfil, saiba que este Guia foi feito para acompanhá-lo nesse período importante e desafiador. Além de apresentar informações relevantes para a compreensão da nossa proposta, convidamos você a fazer reflexões conosco ao longo do estudo do material.

Sabemos que os desafios para colocar em prática essa grande mudança no Ensino Médio não são poucos nem simples. Observamos quanto esforço e dedicação têm sido depositados nesse processo e acreditamos que, juntos, estamos transformando para melhor esta etapa da Educação Básica, em especial porque a nova arquitetura considera os interesses e as necessidades dos jovens, conferindo-lhes maior protagonismo e formando-os para a autonomia.

O Instituto Reúna acompanha de perto a implementação das inovações do Ensino Médio e contribui com as redes em iniciativas como leituras críticas dos

currículos referenciais de cada UF, a produção de um [Guia para Elaboração do Plano de Formação](#), a plataforma de formação continuada [Nosso Ensino Médio](#), o desenvolvimento de um [Referencial para Seriação das Matrizes Curriculares](#), a escrita de ementas para Itinerários Formativos, a elaboração de material de apoio ao professor (estas duas últimas, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo). Por isso, queremos compartilhar com você nossa experiência até o momento e esperamos que os conteúdos do Guia sirvam de inspiração ou referência para o planejamento e a efetivação das mudanças tão esperadas pelas juventudes.

Para maximizar o repertório e a oferta de situações inspiradoras, realizamos entrevistas com técnicos das Secretarias, gestores escolares e especialistas em diferentes territórios. O objetivo foi elaborar diagnósticos das reais necessidades das redes, para considerá-las do modo mais apropriado e completo possível. O grande diferencial deste material é detalhar percursos de implementação dos IFs, ilustrados por relatos de prática que revelam a realidade experimentada por redes de ensino de diferentes UFs, refletindo suas conquistas e seus desafios.

Convidamos você a contar como acontece esse processo na sua rede e a dar uma devolutiva a respeito deste material, pois ele seguirá em construção permanente. Venha colaborar e apontar caminhos para o Ensino Médio dialogando com nossa equipe pelo e-mail: contato@institutoarena.org.br

Apresentação

Convidamos você a dialogar sobre seu papel de articulador da implementação dos Itinerários Formativos lendo o poema “Tecendo a manhã”, de João Cabral de Melo Neto. Conhece?



Tecendo a manhã

1.
Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

2.
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entreendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

MELO NETO, João Cabral de. *A educação pela pedra*. In: OLIVEIRA, Marly (org.) *Obra completa: volume único*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 345. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/11508/tecendo-a-manha>. Acesso em: 4 jun. 2022.

Como você se sentiu ao ler o poema? Houve ecos com seu fazer cotidiano como liderança e articulador de pessoas e saberes? Você se sente parte de um todo que tece tantas práticas da educação brasileira? Como tem sido a tessitura dos Itinerários Formativos em seu território?

Fazendo um paralelo do poema com o processo de implementação dos IFs, destacamos que é preciso “erguer tendas” nas quais diferentes atores possam se sentir acolhidos, respeitados e pertencentes. É necessário criar um canal de comunicação em que um escute o outro atentamente. Dessa forma, vai sendo construída uma teia tênue de consensos que indicam uma arquitetura de caminhos possíveis. Toda essa colaboração resulta em um catálogo de IFs que reflita as diversidades, as necessidades e os anseios das comunidades escolares.

Em um contexto de gestão democrática, para exercer um papel de liderança e articulação com assertividade, acreditamos que seja essencial começar a criação dos Itinerários com um convite para que cada ator seja protagonista e colabore no ato de arquitetar, elaborando um planejamento que envolva a **corresponsabilização de todos**.

Apresentação

Premissas que podem guiar seu papel de líder e articulador²:

Comunicação e diálogo

Fazer com que o processo decisório seja sempre dialógico com a escola é fator fundamental para que a implementação dos IFs aconteça de fato. Para isso, sugerimos algumas estratégias:

- Utilizar os canais de comunicação estabelecidos pela Secretaria para publicar documentos oficiais, temas para debate e materiais orientadores, bem como realizar consultas públicas etc.
- Praticar a pedagogia da presença, ou seja, promover ações cotidianas que ajudem a estreitar e fortalecer o vínculo entre Secretaria, Regionais e escolas, numa relação de parceria, colaboração e acompanhamento da implementação.
- Disponibilizar equipe técnica – órgão central e regionais – para realizar curadoria, tirar dúvidas e apoiar a implantação dos IFs.
- Estar atento e disponível para mediar conflitos. Embora os conflitos façam parte das relações humanas, é preciso garantir que sempre exista diálogo, respeito e empatia nas interações, certo? É importante estar pronto, em seu papel de liderança, para mediar conflitos e buscar consensos.

² Lembramos que os líderes e articuladores da formulação e implementação dos Itinerários Formativos podem estar em diferentes áreas da Secretaria e não apenas na pedagógica, dada a intersectorialidade inerente ao processo

Mobilização de competências socioemocionais³ por todos

Muito tem-se falado sobre o desenvolvimento de competências socioemocionais pelos estudantes (crianças e jovens), e mais recentemente a BNC-Formação explicitou a necessidade de incluir seu desenvolvimento também na formação de docentes. Hoje queremos convidar você, que faz parte da equipe da Secretaria de Educação, a refletir sobre as competências que têm sido requisitadas nesse processo de implementação dos IFs. Vamos elencar as competências socioemocionais que consideramos mais relevantes para a implementação deles: abertura para o novo, organização, colaboração, comunicação e resiliência. Faz sentido para você? Como você tem desenvolvido essas competências? Que tal refletir sobre os momentos da implementação em que elas são relevantes e antever como você pretende fortalecê-las e praticá-las nessas oportunidades?

³ Quando falamos de competências socioemocionais, consideramos como referência de estudos o Modelo das 5 macrocompetências, elaborado pelo Instituto Ayrton Senna. Nela, são elencadas cinco macrocompetências que se desdobram, ao todo, em 17 competências socioemocionais relevantes para o século 21. Além deste, o material [Caminhos para Educação Integral](#), do Movimento pela Base.

Criação e fortalecimento de uma comunidade de aprendizagem⁴

Reforçamos que é essencial promover e partilhar reflexões, discutir e buscar soluções conjuntas para os desafios, mapear, celebrar e socializar as conquistas, ou seja, com colegas de Secretarias de Educação, para que possam juntos compreender e formular a política do Novo EM e os IFs em específico. Sabemos que é uma tarefa de grande complexidade e que deve ser feita a muitas mãos.

Por isso, para contribuir com a ampliação e o fortalecimento de uma comunidade de aprendizagem nacional do EM, vamos compartilhar, neste material, práticas de equipes de diferentes territórios e realidades, para que possam servir de inspiração e, quem sabe, promover o diálogo entre você e a equipe citada em busca de trocas e parcerias.

⁴ Quando falamos de comunidade de aprendizagem, consideramos seu conceito mais amplo, que abarca técnicos/ servidores das Secretarias envolvidos na implementação dos IFs, para que eles possam promover a colaboração e o intercâmbio de ideias entre os diversos atores envolvidos com os IF nas escolas, com o objetivo de estender e fortalecer cada vez mais a comunidade. Para saber mais sobre a temática, sugerimos a leitura do artigo “Comunidade de aprendizagem”, do Portal Centro de Referências em Educação Integral, e a exploração deste portal.

GUIA DE Itinerários Formativos

O QUE É?

Roteiro de apoio aos técnicos das secretarias estaduais e distrital de educação para o planejamento e criação dos Itinerários Formativos, viabilizando um catálogo de IFs aplicáveis às diversidades do território e coerentes às normativas nacionais. O Guia também apoia a elaboração de materiais de apoio aos professores e sua formação, bem como a adaptação de PPPs e o processo de monitoramento da implementação dos IFs nas escolas.



VOLUME I

Planejamento, estudos e diagnósticos para os Itinerários Formativos

1

Planejar a implementação dos Itinerários Formativos de modo a garantir a oferta adequada às diversas realidades específicas do território e coerentes às normativas nacionais e locais, assegurando equidade e qualidade.

2

Assegurar que as equipes pedagógicas envolvidas na implementação compreendam em profundidade e se alinhem em relação aos objetivos, ao conceito, a estrutura e funcionamento, bem como às premissas pedagógicas dos Itinerários Formativos.

3

Conduzir o diagnóstico das capacidades da rede e as necessidades e demandas do território para que os dados levantados orientem a Secretaria de Educação na definição, ajuste e/ou detalhamento das ofertas de Itinerários Formativos.

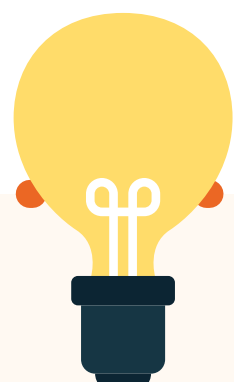


VOLUME II

Definições de arquitetura dos IFs, elaboração do catálogo de aprofundamentos curriculares e de materiais de apoio ao professor

4

Definir e detalhar a arquitetura e a oferta dos IFs, sua distribuição no tempo, condições e regras de mobilidade e avaliação, de modo estruturado e de fácil compreensão para estudantes e comunidade educativa.



5

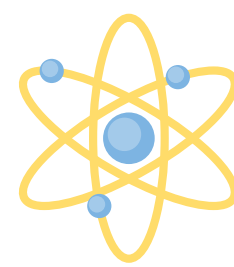
Produzir um catálogo de ementas que considere as inovações propostas no referencial em relação aos IFs (desenvolvimento das habilidades dos eixos estruturantes, protagonismo juvenil, projeto de vida e outros princípios) e a realidade do território.

6

Apoiar as equipes escolares no processo de apropriação e implementação dos Itinerários Formativos e suas inovações, assegurando aos estudantes oportunidades equânimes de desenvolvimento de habilidades, protagonismo e aprendizagem ativa.

VOLUME III

Formação, PPPs escolares e monitoramento da implementação dos IFs



8

Garantir que o currículo chegue oficialmente ao chão da escola e que a revisão do Projeto Político Pedagógico reflita as inovações do Ensino Médio em cada unidade escolar.

7

Formar os educadores da rede de ensino a fim de que eles tenham o preparo necessário para atuarem no processo de implementação do Novo Ensino Médio nas escolas.

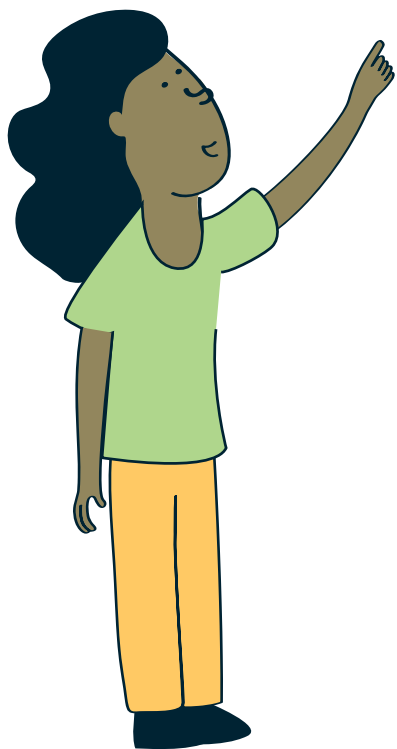
9

Avaliar continuamente o que está dando certo, o que ainda precisa de aprimoramentos, quais são as demandas administrativas e as pedagógicas e como elas podem ser endereçadas por cada equipe gestora.



Ponto de partida

Para nos alinharmos com relação às definições e dúvidas frequentes sobre a temática, preparamos uma lista de perguntas e respostas sobre os Itinerários Formativos.



O que são Itinerários Formativos?

Vamos retomar a [Portaria n. 1.432](#) para responder a esta questão.

“Itinerários Formativos: Conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional, com carga horária total mínima de 1.200 horas.”

Quais são os objetivos dos Itinerários Formativos?

Segundo a [Portaria n. 1.432](#):

- Aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional;
- Consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus Projetos de Vida;
- Promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; e
- Desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida.”

Qual é a diferença entre Aprofundamento Curricular e IF?

De acordo com um alinhamento consolidado na Coletânea de Materiais (pág. 52), produzido pela Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed, o Aprofundamento Curricular é uma das partes que compõem o IF, junto de Projeto de Vida e das Eletivas. Portanto, os IFs são a parte diversificada do currículo e compostos pelo conjunto dos Aprofundamentos, Projeto de Vida e Eletivas. Os Aprofundamentos Curriculares podem ser de área do conhecimento, de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ou integrados (entre áreas ou áreas e EPT).

O que são Unidades Curriculares (UCs)?

São elementos com carga horária predefinida, formados pelo conjunto de estratégias, cujo objetivo é desenvolver competências específicas. As UCs podem ser organizadas em áreas do conhecimento, disciplinas, módulos, projetos, entre outras formas.

Ponto de partida

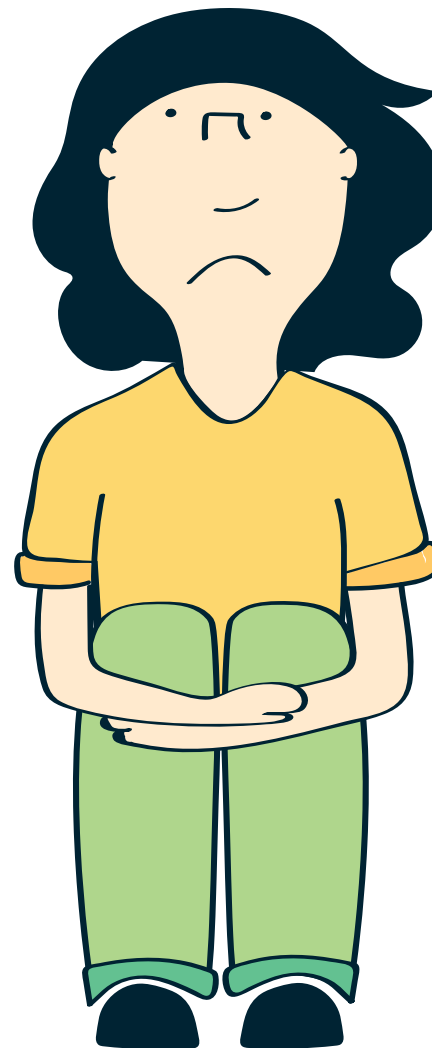


Como podem ser distribuídas as cargas horárias da Formação Geral Básica (FGB) e dos Itinerários Formativos ao longo da etapa do Ensino Médio?

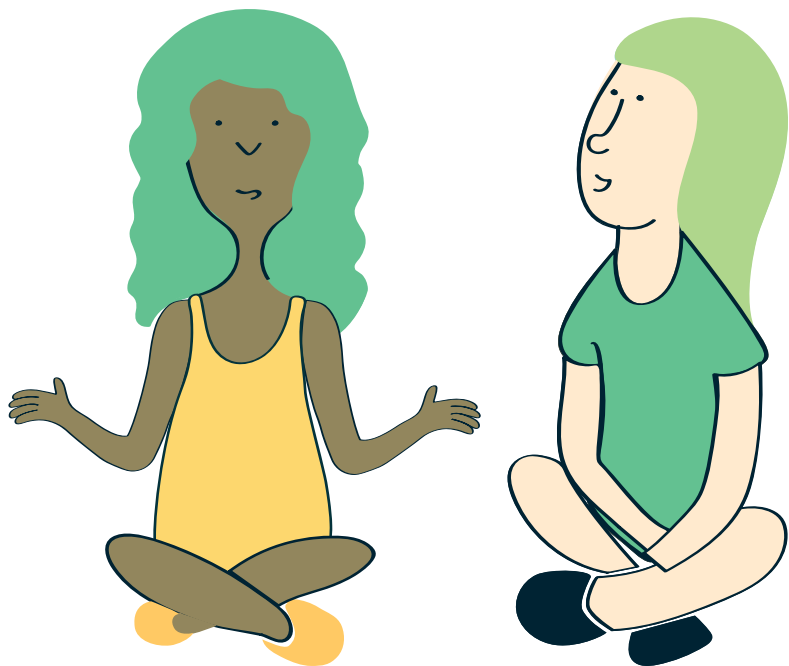
As novas [Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio](#) indicam apenas a carga horária geral da FGB (máximo de 1.800 horas) e dos IF (mínimo de 1.200 horas). Por isso, fica a critério das redes a escolha de como distribuir os tempos entre todos os componentes ao longo das três séries do EM. É importante comunicar aos estudantes e familiares que a Formação Técnica do EM, também chamada de Quinto Itinerário ou Itinerário de EPT, pode ter diferentes cargas horárias. Saiba mais no conteúdo [Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio](#), do Ministério da Educação.

Quantos são os eixos estruturantes e qual é a função deles?

Eles são quatro: Investigação Científica, Mediação e Intervenção Sociocultural, Processos Criativos e Empreendedorismo. O principal papel dos eixos é buscar garantir que os jovens, independentemente do IF que cursarem, tenham experiências educativas conectadas à realidade e que promovam sua formação pessoal, profissional e cidadã. Saiba mais lendo os [Referenciais Curriculares para a elaboração de Itinerários Formativos, produzido pelo MEC](#).



As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio



Sabe-se que o **Ensino Médio regular (diurno e noturno)**, como definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, compõe a maior parte das unidades escolares nas redes estaduais e distrital. Por esse motivo, é comum que se inicie com o foco nesta oferta ao se planejar a nova arquitetura do Ensino Médio (especialmente o diurno). Em geral, adaptar as decisões para outras situações fica para uma etapa posterior. No entanto, desde o princípio, **é preciso dar atenção especial às modalidades de ensino e ofertas específicas da etapa do Ensino Médio⁵**, possibilitando aos estudantes matriculados nessas escolas a garantia plena do seu direito à aprendizagem, atendido com qualidade e com o mesmo grau de importância dado aos demais estudantes das redes.

Quando se trata de modalidades e ofertas específicas nos referimos à **educação indígena, educação quilombola, educação do campo, das águas e das florestas, educação de jovens e adultos, educação para estudantes em privação de liberdade e em medidas socioeducativas, o Ensino Médio noturno, o Ensino Médio em tempo integral**. Além disso, consideramos a **educação especial e a educação a distância (EaD)** como eixos transversais garantidores de equidade, devendo ser pensados de maneira integrada em todas as modalidades, ofertas específicas e também no Ensino Médio regular. Para a compreensão geral das modalidades e ofertas específicas, foram elaboradas algumas definições que resgam os principais aspectos de cada uma delas.

5 As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 21 de novembro de 2018, estipulam que a implementação da nova arquitetura e dos currículos do Ensino Médio deve observar as diretrizes e normas nacionais da educação especial, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, educação escolar para populações em situação de itinerância e da educação a distância. Além disso, o art. 13 da resolução deixa claro que podem ser considerados outros saberes relevantes às realidades da educação escolar indígena, da educação escolar quilombola e de comunidades tradicionais.

As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio



qui A **educação quilombola** se dispõe ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, sendo dever do Estado sua oferta e organização em associação com comunidades quilombolas e movimentos sociais. As escolas quilombolas são tanto as que se localizam nas comunidades quilombolas quanto as que atendem estudantes oriundos delas. Essa educação, portanto, ocorre na oferta aos estudantes quilombolas, cujos valores, saberes e histórias são compartilhados pela memória coletiva e pela oralidade.

cam A **educação do campo** pode ser definida de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001), isto é, “tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.”

ind A **educação indígena** é voltada aos povos indígenas em seus territórios, reafirmando e valorizando suas identidades. As escolas dessa oferta atualmente se organizam de acordo com os normativos nacionais, os critérios das Secretarias de Educação e as normas estabelecidas e dialogadas com as comunidades.

eja A **educação de jovens e adultos (EJA)**, conforme a LDB/1996, é uma modalidade destinada aos estudantes que não concluíram, não acessaram ou abandonaram os estudos na idade apropriada. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ensino Médio, a EJA “deve ser especificada uma organização curricular e metodológica diferenciada para os jovens e adultos, considerando as particularidades geracionais, preferencialmente integrada com a formação técnica e profissional, podendo ampliar seus tempos de organização escolar, com menor carga horária diária e anual, garantida a carga horária mínima da parte comum de 1.200 (um mil e duzentas) horas e observadas as diretrizes específicas”. Além disso, dado o perfil e as necessidades do educando, é possível oferecer até 80% da carga horária por meio da educação a distância, desde que haja adequado apoio tecnológico e pedagógico.

jpl A **educação escolar para os adolescentes e jovens privados de liberdade** não se caracteriza como uma escola específica do sistema escolar. Cabe considerar que a privação de liberdade não significa que os jovens e adolescentes estejam privados de seus direitos. No caso da educação, este direito é garantido por meio de diferentes arranjos, como salas de aula/classes organizadas dentro dos centros de atendimento socioeducativo, porém, vinculadas a uma escola da rede pública de ensino. Cada UF tem autonomia para definir sua estrutura e seu funcionamento por meio do acesso ao ensino regular ou à EJA.

As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio



emti

O **Ensino Médio em tempo integral (EMTI)** não se resume apenas à ampliação da jornada escolar dos estudantes, mas defende a compreensão de que as juventudes devem ser desenvolvidas em todas as suas dimensões: intelectual, emocional, física, cultural e social. Vale lembrar que esse princípio de educação integral está garantido pelas DCNs do Ensino Médio e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da etapa, para todos os seus estudantes. Além disso, as DCNs também preconizam a expansão da carga horária para 1.000 horas anuais (3.000 horas para a etapa), bem como a expansão progressiva para 1.400 horas anuais, o que já configura Ensino Médio em tempo integral.

not

Na realidade atual, o **ensino noturno**, desenvolve-se, muitas vezes, da mesma maneira que o diurno. Não há uma adequação ao seu alunado específico (homens, mulheres, jovens e adultos que estudam após uma rotina árdua de trabalho e, ao mesmo tempo, trazem consigo enormes lacunas de vivência e aprendizagem escolar, em razão de diferentes motivos de afastamento e/ou evasão). Sabe-se que as DCNs demandam adequações curriculares e de arquitetura da etapa nesta oferta específica, prevendo, por exemplo, um número maior de anos para sua conclusão e até mesmo uma carga horária estendida de EaD (até 30%), dando maior flexibilidade ao cotidiano de estudos desses educandos.

ept

A **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)** é uma modalidade prevista na LDB/1996 com a principal finalidade de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. No Ensino Médio, pode ser trabalhada de forma articulada de oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrada no conteúdo) e na forma subsequente. Na arquitetura do Novo EM, a EPT ocupa espaço como Itinerário Formativo ou parte de itinerários formativos integrados com áreas do conhecimento.

peq

A nova arquitetura curricular do Ensino Médio nas **escolas pequenas** pode trazer alguns desafios em sua implementação. Um exemplo é a eventual falta de professores para oferta de diferentes Aprofundamentos Curriculares e eletivas ou mesmo infraestrutura física inadequada para a composição de diferentes turmas nos Itinerários Formativos. Sendo assim, é fundamental ter em vista essa lente em sua rede ao longo do processo de planejamento e implementação dos IFs, garantindo possibilidades de escolha aos estudantes, bem como condições propícias à viabilização das inovações do Ensino Médio.

As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio

Os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio em função das modalidades e ofertas específicas

No planejamento da implementação dos IFs nas modalidades e ofertas específicas, é preciso compreender suas especificidades e suas convergências. A educação indígena, a quilombola e a do campo, das águas e das florestas ofertam o EM para populações distintas, porém, com semelhanças que podem fortalecer e favorecer a execução dos IFs.

Observar, conhecer e selar um compromisso com a diversidade de territórios, sujeitos, suas realidades e potencialidades são pressupostos da **educação do campo, das águas e das florestas**. Essa oferta é marcada pelos desafios e pela diversidade da realidade brasileira e suas regiões, que possuem distintas formas de viver, de se organizar e de implementar as políticas com diferentes infraestruturas, entre outras dimensões que interferem diretamente nos processos educativos. É necessário refletir sobre quais destas diversidades existem em seu Estado ou sua região e como suas especificidades serão tratadas nos IFs propostos.

Sabe-se que, nos últimos 20 anos, com as lutas, mobilizações, proposições dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo, foram muitos os desafios enfrentados e também as conquistas para essa oferta escolar. Nesse sentido, precisaremos de um olhar

sensível e dialógico para contemplar as diversidades do campo, das águas e das florestas em todos os seus aspectos: culturais, sociais, políticos, econômicos, de gênero, de etnia e geracionais se pretendemos desenvolver uma educação democrática com formação humana integral para a vida desses sujeitos.

Por todo o Brasil, muitas das escolas que oferecem o Ensino Médio para essa oferta seguem a **metodologia da alternância**, na qual os tempos educativos são divididos entre “tempo escola” e “tempo comunidade”. São experiências que merecem ser conhecidas e valorizadas. Além da vivência escolar, trabalha-se com pesquisas feitas na comunidade, que são sistematizadas no tempo escolar em diálogo com as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares. Na volta para as comunidades, técnicas e saberes aprendidos são colocados em prática, além de haver um tempo para se dedicar aos Projetos de Vida. A metodologia da alternância pode ser uma excelente alternativa para a constituição de IFs da EPT, promovendo educação no campo, do campo e para o campo, valorizando a diversidade, os saberes e as práticas da região, ao mesmo tempo que oferta condições para uma formação para o mundo do trabalho. É possível também a proposição de Itinerários Formativos com Aprofundamentos Curriculares que integrem unidades curriculares de EPT e de áreas do conhecimento, contribuindo para a diversificação das experiências de aprendizagem dos estudantes.

As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio



A cronologia das **escolas indígenas** no que se refere ao tempo segue o calendário não indígena e as normas e diretrizes da base nacional e estadual, entretanto, o conceito de tempo é singular para as sociedades indígenas: ele é sempre marcado pela relação com os elementos culturais e segue a cronologia da natureza indígena.

Os espaços são basicamente construídos pela relação social e cultural de cada povo e comunidade (existe um respeito e uma reciprocidade entre ambos). Por exemplo, o povo indígena Puyanawa (Mâncio Lima/AC) organiza o tempo com base nas tradições antigas e une-o com o conhecimento que vem de fora. Dessa forma, a comunidade, em especial professores e alunos, protagonizam a construção coletiva de saberes. Assim como muitos outros grupos indígenas, os Puyanawa estão totalmente inseridos no ambiente não indígena, têm muitas relações com a comunidade externa e dependem muito dela, e isso traz impactos negativos e positivos no cotidiano escolar.

As gêneses de muitas sociedades indígenas funcionam como teias, com algumas caixinhas de conhecimentos que podem ser pesquisadas e outras não. Existem 305 povos indígenas reconhecidos pelo estado brasileiro, que falam em torno de 274 línguas. São povos que ainda lutam pelo reconhecimento de suas terras e sua identidade e precisam reafirmar suas peculiaridades, porém o conhecimento sobre essas nações carece de mais

abrangência. Não podemos cair no erro de construir a história, os itinerários e as relações apenas com o conhecimento externo. Por isso, é imprescindível que os técnicos conheçam cada vez mais a realidade, a história desses povos, seus determinantes culturais e como eles interpretam o outro.

Há de se considerar que territórios etno-linguísticos indígenas não necessariamente convergem com as divisões dos estados brasileiros, portanto, buscar colaboração com outras redes pode ser um caminho para duas ou mais UFs que contam com populações indígenas de um mesmo território.

Já quando se trata da **educação quilombola** é necessário reconhecer que quilombos são comunidades negras originárias da resistência à escravidão, a partir do século 16. As terras de quilombos foram doadas, entregues ou adquiridas como concessões feitas pelo Estado em retribuição aos serviços prestados, iniciativas que permitiram aos ex-escravizados e seus descendentes um lugar para viver e produzir. Os quilombos contemporâneos guardam uma continuidade histórica com a forma social de os africanos e seus descendentes resistirem ao escravismo.

As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola determinam que a educação escolar quilombola⁶ na Educação Básica “deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas”.

O que as **escolas quilombolas** têm em comum é que os estudantes protagonizam trajetórias escolares fragmentadas, com históricos de distorção idade/série, evasões e reprovações. Segundo dados do Inep (Censo escolar 2018), das 2.460 escolas em localidades quilombolas no Brasil, apenas 97 (4%) oferecem o Ensino Médio. A educação de jovens e adultos é ofertada em apenas 578 das escolas em territórios quilombolas brasileiros. Essa situação é grave, pois, nesses territórios, habitam populações negras que foram historicamente interdidas do acesso à escolarização.

⁶ Educação escolar quilombola é uma oferta da Educação Básica cujos fundamentos estão estabelecidos pela Resolução n. 8/2012 do CNE.

A precariedade no atendimento aos estudantes quilombolas fica exposta ainda em dados como: a maioria dos estabelecimentos é de pequeno porte, com até duas salas de aula (57,3%); apenas 15,3% deles têm mais de seis salas, enquanto no total da Educação Básica 51,5% têm esse mesmo porte (e 22% contam com mais de dez salas).

Assim como ocorre para o Ensino Médio regular, nas modalidades e ofertas específicas descritas aqui **é essencial que os IFs estejam atrelados à escuta dos estudantes e das comunidades, considerando o território em que se inserem, seus contextos locais e as problemáticas concernentes às localidades**. Isso deve se expressar na construção de IFs que **façam sentido aos estudantes do campo, indígenas e quilombolas, de acordo com seus Projetos de Vida**.

Transversalidade: Educação a distância e educação especial

De acordo com a Resolução 1/2016, a **educação a distância** é uma forma de desenvolvimento do

processo de ensino-aprendizagem por meio de tecnologias, permitindo a atuação e troca entre docentes e estudantes localizados em diferentes ambientes físicos. Esse modelo de oferta pode ser instituído em todas as modalidades e ofertas específicas de ensino, desde que atendidas características e infraestrutura mínima nas unidades de ensino. De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio, publicadas na Resolução 4 CNE-CP de 2018, o Ensino Médio diurno pode ofertar até 20% de sua carga horária total via EaD, enquanto o noturno pode chegar até 30% e a EJA até 80%.

A Resolução 2/2021 determinou que os sistemas de ensino se organizem para incluir e atender os estudantes em suas necessidades educacionais especiais. A **educação especial**, portanto, considera uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica inclusiva para garantir um atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiências. Assim como a EaD, a educação especial deve ser trabalhada de maneira transversal entre todas as modalidades e ofertas específicas de ensino, garantindo o atendimento aos estudantes que estejam em toda e qualquer escola.

Metodologia de elaboração deste guia

O Guia de Itinerários Formativos foi elaborado por meio da revisão de normativos e referências teóricas que se relacionam ao Ensino Médio, mas, acima de tudo, com base no mapeamento de experiências reais de formulação e implementação dos Itinerários Formativos pelas Secretarias Estaduais de educação. Para a elaboração das seções e orientações sobre equidade, foram realizadas cinco oficinas de cocriação com os especialistas em modalidades e ofertas específicas.

O Guia faz referência a diversos materiais orientadores sobre o Novo Ensino Médio já publicados, procurando integrar as diversas produções e inseri-las em um contexto sequenciado de planejamento, formulação e implementação dos Itinerários Formativos.

Estrutura

Para orientar a forma de organizar e tecer os IFs, indicamos seu caminho de estudos segundo uma sequência de fases que julgamos fundamentais no processo de implementação. É possível e recomendável que as ações descritas neste material sejam personalizadas de acordo com a realidade da sua rede. Elas podem, por exemplo, ser feitas de forma linear e específica para a arquitetura dos Itinerários ou em paralelo com outras ações. No entanto, é imprescindível que estejam estritamente articuladas com o planejamento da oferta da Formação Geral Básica. O mais importante é planejar cuidadosamente o que será feito em seu território e seguir uma linha lógica de decisões e escolhas que melhor atenda aos objetivos e às necessidades da sua rede na construção dos IFs.

Este Guia sistematiza as diferentes fases de planejamento, concepção e implementação dos Itinerários Formativos do Ensino Médio em uma estrutura que contempla considerações, sugestões e exemplos tanto para o Ensino Médio Regular quanto para as modalidades de ensino e ofertas específicas.

Nossa visão é de que a implementação aconteça no Ensino Médio de todas as escolas, de modo integrado e inclusivo.

Para garantir fluidez na leitura e praticidade no uso do material, adotamos uma estrutura única de apresentação. Em cada etapa do Guia, você encontrará:

- 1. O DESAFIO:** define em poucas palavras o foco da etapa em discussão, isto é, qual é o problema a enfrentar.
- 2. RESULTADOS ESPERADOS:** apresenta os entregáveis ou as realizações que serão atingidos pelas equipes técnicas ao final de cada etapa.
- 3. OS CAMINHOS POSSÍVEIS:** são propostas soluções e sugestões para endereçar o problema abordado. Servem à concepção, ao planejamento e à implementação dos Itinerários Formativos no Ensino Médio regular e nas modalidades e ofertas específicas da etapa.
- 4. NA PRÁTICA:** relata os caminhos trilhados na prática por diferentes Secretarias de Educação, ilustrando soluções para os desafios encontrados ao longo do planejamento, da concepção e da implementação dos Itinerários Formativos. Também fornece links para sites e publicações com experiências de Secretarias estaduais e sugere leituras de referência, ferramentas e recursos que podem ser utilizados para auxiliar nos processos que envolvem os IFs.
- 5. DE OLHO NA EQUIDADE:** traz considerações específicas e sugestões práticas para abordar as situações particulares das escolas, considerando a centralidade das modalidades e as ofertas do Ensino Médio, para a organização dos Itinerários Formativos.

GUIA DE Itinerários Formativos

reúna

VOLUME III

7

Formação dos
educadores

PRODUZIR UM PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES para implementação do Novo Ensino Médio em todas as escolas da rede;

DEFINIÇÃO DA GOVERNANÇA responsável por planejar, executar e monitorar a formação dos educadores da rede de ensino;

DEFINIÇÃO DAS PREMISSAS, princípios e concepções metodológicas e arquitetura da Formação Continuada;

DETALHAMENTO DO PLANO DE FORMAÇÃO

ESTRUTURAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE FORMAÇÃO.

8

Atualização
dos PPP
escolares

PARTE CRUCIAL NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO, pois o PPP é a materialização de como a Base Nacional Comum Curricular e o novo currículo da Etapa Ensino Médio irão ser trabalhados nas escolas da rede;

PLANEJAR A REVISÃO DO PPP;

ELABORAR E VALIDAR CRONOGRAMA;

MOBILIZAR A COMUNIDADE ESCOLAR

ESTRUTURAR UM PLANO DE MONITORAMENTO que contemple todos as dimensões e atores impactados pela implementação do Novo Ensino Médio, e permita a coleta de informações relevantes para o processo de tomada de decisão;

DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS, instrumentos e estratégias de monitoramento, bem como seus indicadores centrais;

DEFINIÇÃO DA GOVERNANÇA responsável por instrumentalizar, coletar e analisar as informações necessárias;

ESTRUTURAR UM PLANO de avaliação e divulgação de resultados, com foco na devolutiva para as unidades escolares e comunidades.

9

Monitoramento

reúna



O DESAFIO

Formar os educadores da rede de ensino para atuar no processo de implementação do Novo Ensino Médio nas escolas.



RESULTADOS ESPERADOS

- Definição da governança responsável por planejar, executar e monitorar a formação dos educadores da rede de ensino;
- Definição das premissas, dos princípios e das concepções metodológicas e da arquitetura da Formação Continuada;
- Realização de diagnósticos a fim de embasar o planejamento das formações;
- Detalhamento do Plano de Formação;
- Estruturação do acompanhamento do Plano de Formação.



OS CAMINHOS POSSÍVEIS

Produzir um Plano de Formação Continuada de Educadores para implementação do Novo Ensino Médio em todas as escolas da rede, contemplando as modalidades de ensino e ofertas específicas.

ETAPA 7

Formação de educadores

Formação de educadores

DE OLHO NA EQUIDADE

A Elaboração do Plano de Formação continuada pode ser realizada em 5 passos, conforme o [Guia para Elaboração do Plano de Formação](#), produzido pela equipe do Programa Nosso Ensino Médio:

PASSO A PASSO PARA PLANO DE FORMAÇÃO

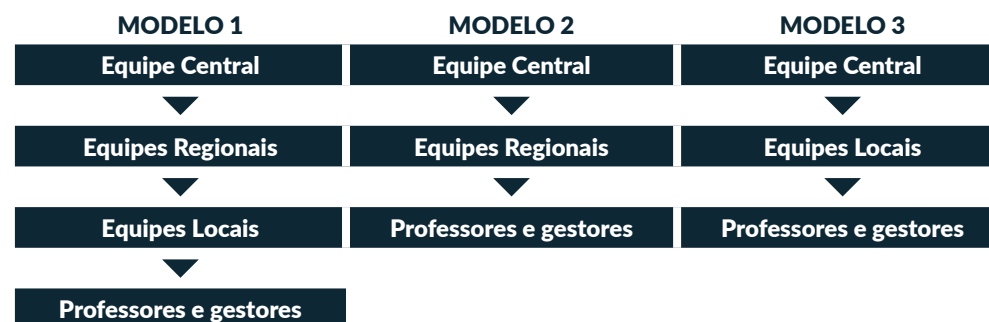


Definir governança.	Elaborar o modelo pedagógico.	Mapear recursos.	Detalhar o plano de formação.	Estruturar o acompanhamento do plano.
---------------------	-------------------------------	------------------	-------------------------------	---------------------------------------

PASSO 1 - Definir governança

Como atividade inicial para elaboração do Plano de Formação Continuada para implementação do Novo Ensino Médio, é importante definir a governança, ou seja, o modelo de tomada de decisão, a composição, o perfil e as atribuições das equipes responsáveis por planejar e executar a formação continuada no estado.

A fim de garantir que as formações cheguem a todos os professores, sugerimos definir um modelo de governança em cascata, partindo da equipe central até chegar a todos os professores e gestores da rede. Veja alguns exemplos de arranjos a seguir:



Equipe Central: composta por representantes da Secretaria Estadual de Educação e formadores estaduais.

Equipes Regionais: composta por representantes da Diretorias Regionais de Educação e formadores regionais.

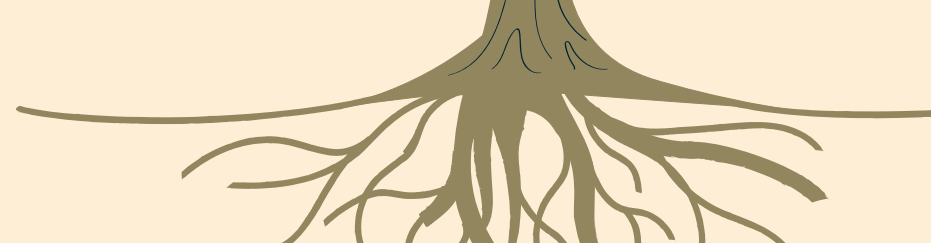
Equipes Locais: compostas por representantes de professores das escolas de ensino médio.

No **Modelo 1**, temos três níveis até chegar a todos os professores e gestores: a Equipe Central planeja as formações e forma as Equipes Regionais, que multiplicam a formação recebida para as Equipes Locais. Essas, por sua vez, formam professores e gestores nas escolas.

PRÓS: descentralização e autonomia das escolas e diretorias de educação.

CONTRAS: risco de perda da qualidade de formação a cada nível de multiplicação.

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

No **Modelo 2**, são dois níveis até chegar a todos: a Equipe Central planeja as formações e forma as Equipes Regionais, que multiplicam a formação para todos os professores e gestores nas escolas.

PRÓS: menor risco de perda de qualidade da formação até chegar aos professores e gestores e maior autonomia e envolvimento das diretorias de educação.

CONTRAS: pode desincentivar a formação no dia a dia da escola; a depender do tamanho da rede, a logística pode ser inviável técnica e financeiramente.

No **Modelo 3**, também são dois níveis até chegar aos professores e gestores: a Equipe Central forma diretamente as Equipes Locais, que por sua vez multiplicam para os demais professores e gestores.

PRÓS: menor risco de perda de qualidade da formação até chegar aos professores e gestores e maior autonomia e envolvimento das escolas.

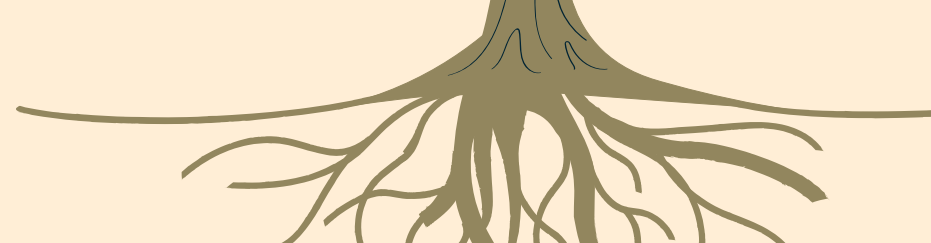
CONTRAS: menor autonomia e envolvimento por parte das diretorias de educação.

DICAS:

- Para definição do melhor modelo, é importante considerar aspectos como: quantidade de diretorias regionais de educação, de escolas e de professores e gestores a serem formados, bem como os recursos disponíveis para remuneração dos formadores.
- Independentemente do modelo escolhido, é fundamental que a equipe central faça acompanhamento presencial da replicação da formação em locais e momentos determinados para entender como a formação está chegando para as equipes escolares e quais ajustes precisam ser feitos.

Cada nível das equipes pode ser dividido em áreas de gestão e formação. Uma vez decidido o arranjo, deve-se definir quais serão o perfil e as atribuições de cada equipe. A seguir, veja um exemplo adaptado do Guia para Elaboração do Plano de Formação :

Formação de educadores

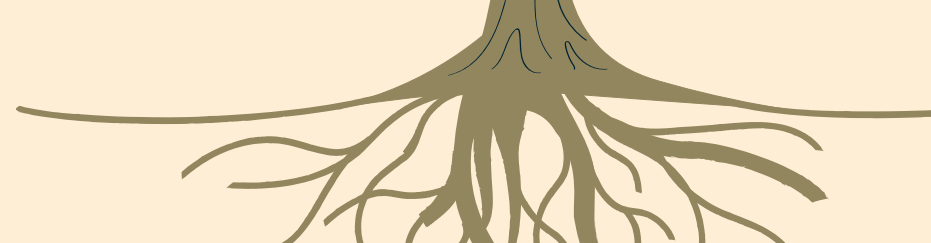


DE OLHO NA EQUIDADE

Equipe Central

Equipe	Perfil desejado	Responsabilidades associadas
Equipe de Gestão Central	<ul style="list-style-type: none">• Experiência em planejamento e execução de programas de formação de professores em nível estadual;• Experiência em recursos humanos, envolvendo conhecimentos de regimes de contratação, desenvolvimento profissional e progressão de carreira;• Capacidade de liderança, articulação e trabalho em equipe;• Posição sênior e amplo conhecimento da rede;• Liderança no processo de elaboração de políticas de formação e currículo do Novo Ensino Médio (incluindo desenho da arquitetura curricular);• Conhecimento sobre as modalidades de ensino e ofertas específicas do Ensino Médio.	<ul style="list-style-type: none">• Compor a equipe de governança do Plano de Formação Continuada do Novo Ensino Médio;• Elaborar o diagnóstico para o Plano de Formação Continuada do Novo Ensino Médio;• Elaborar o planejamento para execução do Plano de Formação Continuada do Novo Ensino Médio;• Definir a composição da Equipe de Formação Central;• Monitorar e avaliar a execução do Plano de Formação Continuada do Novo Ensino Médio, propondo correções de rotas;• Realizar alinhamento constante com a Equipe de Formação Central e a equipe responsável pela elaboração do currículo e dos materiais pedagógicos (caso não componham a equipe de formação) para garantir coerência no conteúdo produzido para as formações.
Equipe de Formação Central	<ul style="list-style-type: none">• Experiência na formação continuada de professores;• Capacidade de liderança e trabalho em equipe;• Expertise na área de conhecimento e/ou modalidade de ensino para a qual será formador(a);• Ter contribuído com a elaboração do currículo do Novo Ensino Médio (preferencialmente).	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar/adaptar pautas formativas, a partir do diagnóstico do Plano de Formação Continuada do Novo Ensino Médio;• Realizar alinhamento constante com a Equipe de Gestão Central e a equipe responsável pela elaboração do currículo e dos materiais pedagógicos (caso não componham a equipe de formação) para garantir coerência no conteúdo produzido para as formações;• Oferecer formação às equipes regionais e/ou locais de formação, quer sejam presenciais, quer sejam on-line;• Com a equipe de gestão, monitorar e avaliar a execução do Plano de Formação Continuada do Novo Ensino Médio, propondo correções de rotas quando necessário.

Formação de educadores

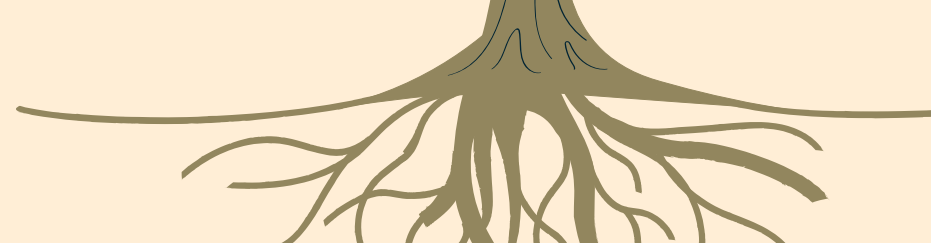


DE OLHO NA EQUIDADE

Equipe Regional

Equipe	Perfil desejado	Responsabilidades associadas
Equipe de Gestão Regional	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de articular as formações de forma alinhada com as escolas, regionais e em nível central da Secretaria;• Capacidade de liderança e trabalho em equipe;• Ter contribuído com a elaboração do currículo do Novo Ensino Médio e/ou materiais pedagógicos complementares ao currículo (preferencialmente).• Conhecimento sobre as modalidades de ensino e ofertas específicas do Ensino Médio.	<ul style="list-style-type: none">• Participar da construção e executar o plano elaborado pela equipe central de gestão a partir do seu desdobramento em um plano de ação regional;• Definir a composição da equipe de formadores que conduzirá as formações na regional;• Garantir a formação da equipe regional de formadores que atuará junto às escolas da regional;• Coordenar a logística necessária para realização dos encontros previstos, quer sejam presenciais, quer sejam on-line;• Comunicar e alinhar ações com as escolas da regional.
Equipe de Formação Regional	<ul style="list-style-type: none">• Experiência com formação continuada de professores;• Capacidade de formar os professores nas competências e habilidades do currículo do Novo Ensino Médio;• Capacidade de liderança e trabalho em equipe;• Ter contribuído com a elaboração do currículo do Novo Ensino Médio e/ou materiais pedagógicos complementares ao currículo (preferencialmente);• Ser professor(a) de escola-piloto do Novo Ensino Médio ou EMTI (preferencialmente);• Ter experiência de docência nas modalidades de ensino e/ou ofertas específicas (preferencialmente).	<ul style="list-style-type: none">• Participar das formações ofertadas pela Equipe de Formação Central;• Conduzir as formações previstas no Plano de Formação Continuada;• Manter diálogo permanente com a Equipe de Gestão Regional para acompanhar o andamento das formações previstas;• Manter-se atualizado quanto ao currículo do Novo Ensino Médio e às metodologias efetivas de formação continuada de professores;• Quando acionada, participar da revisão crítica dos materiais de formação produzidos pela Equipe Central.

Formação de educadores

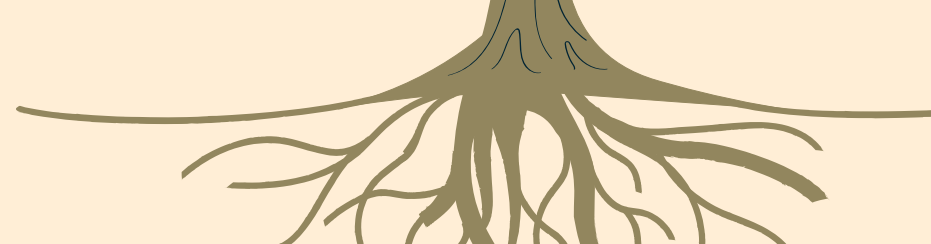


DE OLHO NA EQUIDADE

Equipe Local

Equipe	Perfil desejado	Responsabilidades associadas
Equipe de Gestão Local	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de articular as formações nas escolas ou em parceria com outras unidades escolares da mesma localidade;• Capacidade de gestão, liderança e trabalho em equipe;• Ter contribuído com a elaboração do currículo do Novo Ensino Médio e/ou materiais pedagógicos complementares ao currículo (preferencialmente);• Ter participado de formações sobre o Novo Ensino Médio.	<ul style="list-style-type: none">• Executar o plano elaborado pela Equipe Central de Gestão a partir do seu desdobramento em um plano de ação local;• Definir a composição da equipe de formadores que conduzirá a formação na escola;• Garantir a formação da Equipe de Formação Local ;• Coordenar a logística necessária para realização dos encontros previstos, quer sejam presenciais, quer sejam on-line;• Comunicar e alinhar ações com as escolas da regional.
Equipe de Formação Local	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de formar os professores nas competências e habilidades do currículo do Novo Ensino Médio;• Capacidade de liderança e trabalho em equipe;• Ter contribuído com a elaboração do currículo do Novo Ensino Médio e/ou materiais pedagógicos complementares ao currículo (preferencialmente);• Ter participado de formações sobre o Novo Ensino Médio;• Ter experiência na utilização de metodologias ativas em sala de aula (preferencialmente);• Ter experiência de docência nas modalidades de ensino (preferencialmente).	<ul style="list-style-type: none">• Participar das formações ofertadas pela Equipe de Formação Central e/ou Regional;• Conduzir as formações previstas no Plano de Formação Continuada do Novo Ensino Médio nas escolas;• Manter diálogo permanente com a Equipe de Gestão Local e Regional para acompanhar o andamento das formações previstas;• Manter-se atualizado quanto ao currículo do Novo Ensino Médio e às metodologias efetivas de formação continuada de professores.

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

Após a definição do organograma, do perfil e das atribuições, é necessário escolher quem fará parte das Equipes de Gestão e Formação no nível central. A Equipe de Gestão pode ser composta pela coordenação do Ensino Médio, por representante da área responsável pelas formações na secretaria, representantes da coordenação do Ensino Médio em tempo integral, da Formação Técnica e Profissional, da educação do campo, indígena e quilombola, da educação especial, da educação de jovens e adultos e da educação em espaços de privação de liberdade. Outros atores podem ser convidados para que a equipe seja diversa e consiga olhar para as especificidades da rede. A Equipe de Formadores pode ser composta pela Equipe Pedagógica que participou do processo de elaboração do Currículo do Ensino Médio do Estado e especialistas das modalidades de ensino e ofertas específicas.

As composições das equipes regionais e locais devem ser decididas pelas Equipes Regionais e Locais de Gestão. Contudo, é papel da Equipe de Gestão Central definir quais serão os incentivos fornecidos aos formadores, quando estes

forem professores em sala de aula. Sugerimos verificar, no setor de recursos humanos, quais são as possibilidades legais de compensar esses profissionais pelo trabalho extra. Algumas opções são: certificação, redução da carga horária em sala de aula, bolsa ou pagamento de horas extras.

No modelo em cascata, no qual os gestores e professores da rede tornam-se formadores, há um ponto de atenção: ele pode ser importante para garantir a sustentabilidade das ações e permitir a formação entre pares, mas também é suscetível à perda de qualidade a cada nível. Sugerimos que sejam realizadas formações híbridas, com recursos como vídeos nos encontros presenciais a fim de garantir o alinhamento de como fazer a formação na próxima etapa, considerando o que foi abordado, sobretudo no que tange a conceitos importantes para o andamento das formações.

Por fim, sugerimos o desenho de premissas para nortear o trabalho das Equipes. Como inspiração, seguem algumas premissas de qualidade para uma formação continuada alinhada aos novos currículos, propostas no Guia de Implementação da BNCC elaborado pelo MEC.

PREMISSAS PARA O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DAS FORMAÇÕES:

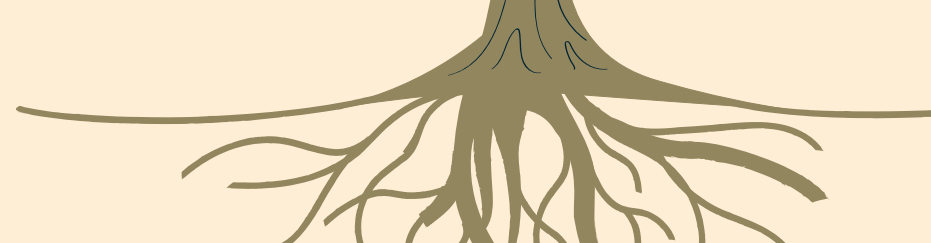
CONTINUIDADE: *o processo de aprendizado não é linear e depende de reflexão, mudança e aprimoramento contínuo da prática. Nesse sentido, as formações não devem ser apenas atividades pontuais.*

FORMAÇÃO NO DIA A DIA DA ESCOLA: *as formações devem acontecer não apenas em momentos formativos da secretaria, mas também nas reuniões pedagógicas e em momentos de acompanhamento entre equipe gestora e professores.*

COERÊNCIA: *as formações devem contemplar o contexto em que cada professor está inserido. Para isso, devem considerar os Projetos Pedagógicos, os materiais didáticos utilizados pelas escolas, entre outras políticas das redes.*

USO DE EVIDÊNCIAS: *a formação continuada deve ser constantemente revisada e aprimorada a partir de evidências sobre o desenvolvimento dos educadores, como os resultados educacionais dos estudantes e as devolutivas das escolas e dos professores sobre a eficácia das ações formativas.*

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

PREMISSAS PARA A METODOLOGIA E O CONTEÚDO DAS FORMAÇÕES:

FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES:

A BNCC representa uma importante mudança na prática de ensino, portanto, a formação deve focar não apenas no conteúdo a ser ensinado, mas também preparar os professores para o desenvolvimento das competências e habilidades, apoiando-os desde o processo de planejamento de aulas até o de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes nessa nova perspectiva. Afinal, para que os professores possam desenvolver nos estudantes as competências definidas na BNCC, em especial as dez competências gerais, é essencial que tenham a oportunidade de vivenciar uma formação que apoie o seu desenvolvimento nesses aspectos.

TRABALHO COLABORATIVO: a colaboração entre professores contribui para a troca de boas práticas e discussões aprofundadas sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Essa colaboração se torna ainda mais importante no contexto de implementação dos novos currículos, que representam uma mudança para todos os educadores. Essa premissa deve pautar a dinâmica dos encontros de formação, favorecendo que se aprenda por meio do diálogo e da cooperação.

METODOLOGIAS ATIVAS: a formação deve ser significativa para os professores, colocando-os como protagonistas do seu processo de desenvolvimento e contemplando elementos do seu dia a dia de trabalho. Para isso, é possível propor a construção conjunta de planos de aula alinhados ao currículo; a análise da produção dos estudantes como ponto de partida para discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem; a observação de sala de aula com devolutivas formativas para o professor, entre outras estratégias. Em suma, a formação deve ser menos baseada na exposição de conhecimento e mais na construção conjunta, na discussão, na mudança da prática e na reflexão.

FOCO EM COMO DESENVOLVER OS

CONHECIMENTOS: A formação continuada deve trabalhar três aspectos: i) o conhecimento pedagógico geral (ex.: como montar um plano de aula com objetivos claros de aprendizagem); ii) o conhecimento do conteúdo em si, em especial quando forem temas que os professores não costumavam trabalhar em determinado ano e/ou área e iii) o conhecimento pedagógico do conteúdo, ou seja, como os estudantes desenvolvem determinada habilidade e como apoiar esse desenvolvimento por meio do ensino.

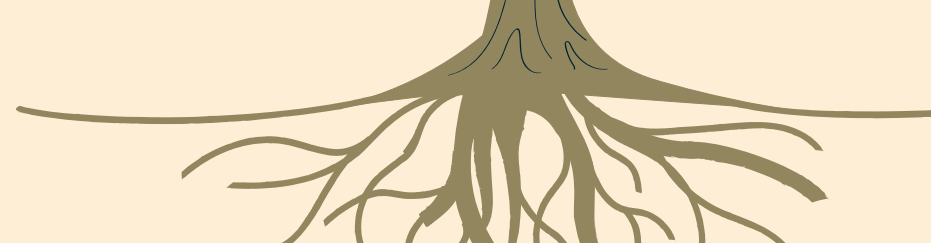
USO DE DADOS: O uso dos resultados educacionais deve fazer parte da metodologia de formação, para que seja contextualizada e direcionada para as necessidades reais dos professores e dos estudantes. A formação continuada deve apoiar os professores na análise dos resultados educacionais das turmas e no (re) planejamento de aulas à luz do progresso dos estudantes.

Na prática

O **Modelo 1** de governança foi adotado em São Paulo. Há uma Equipe de Formação Central que se reúne mensalmente com dois representantes de cada Diretoria de Ensino, que compõem a Equipe de Formação Regional. Em seguida, esta equipe realiza um encontro formativo na Diretoria de Ensino para os coordenadores pedagógicos e diretores das escolas da regional, que compõem a Equipe de Formação Local. Por fim, a Equipe Local realiza a formação dos professores, no horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC).

Além disso, uma formação a distância é oferecida diretamente aos educadores da rede, por meio de um ambiente virtual de aprendizagem.

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

PASSO 2 - Definir o Modelo Pedagógico

Nesta etapa, são definidos os princípios e as concepções metodológicas da Formação Continuada, tendo como base as premissas de qualidade definidas na etapa anterior, o documento referencial curricular homologado do Ensino Médio no Estado, bem como o Plano de Implementação e a Política Estadual de Formação Continuada.

Sugerimos, como inspiração, os seis Princípios do **Nosso Ensino Médio**:

- Foco no desenvolvimento de competências pelos educadores do Ensino Médio.
- Escolas e redes de ensino como comunidades de aprendizagem.
- Composição flexível de percurso, em diálogo com contextos e demandas das redes de ensino, escolas e educadores.
- Homologia de processos como estratégia que favorece a aprendizagem dos educadores.
- Foco na retroalimentação entre teoria e prática.
- Centralidade e protagonismo dos educadores no processo de formação.

O principal desafio da Formação Continuada para implementação do Novo Ensino Médio é preparar os educadores para a flexibilização do currículo e apoiar o projeto de vida dos alunos. Por isso, é importante que eles vivenciem essa flexibilização na prática, por meio da homologia de processos, que consiste na aproximação da formação experienciada pelos docentes à forma com que eles vão trabalhar com os estudantes em sala.

Sendo assim, sugerimos que a arquitetura da formação de educadores seja similar a do Novo Ensino Médio, com uma trilha formativa comum a todos os públicos, que aborde temas fundamentais para a implementação do Novo Ensino Médio, no âmbito da gestão e no pedagógico, denominada de Formação Geral Básica. Conjuntamente, recomendamos a oferta de trilhas diversificadas, para que os professores e gestores possam escolher aquelas que melhor atendam suas necessidades e seus interesses, permitindo ampliar e aprofundar a formação específica de cada perfil. Essa Parte Diversificada da formação pode ser composta por Projeto de Vida, Itinerários Formativos e Eletivas.¹

Destacamos ainda a importância de pensar uma formação com foco no desenvolvimento de competências e habilidades dos educadores, para tanto, serve como referência a BNC de Formação Continuada. Além disso, é importante que haja diálogo das atividades com os quatro eixos estruturantes dos Itinerários Formativos: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

A seguir, está um modelo baseado na arquitetura da Formação do **Nosso Ensino Médio**.

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

Trilha formativa para todos os públicos, definida no Plano de Formação Continuada. Ela trata dos temas gerais e basilares para implementação do NEM.

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

Trilha para que professores e gestores investiguem os sentidos e os propósitos de suas trajetórias.

ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Trilhas formativas específicas por público, definidas no Plano de Formação Continuada. Elas podem trazer os aprofundamentos sobre a implementação dos IFs.

ELETIVAS

Cursos diversos disponíveis para escolha dos professores e gestores. Os cursos podem ser ofertados pela rede e/ou pela própria escola.

¹ O modelo de formação proposto pelo Nosso Ensino Médio e pode ser acessado em <https://nossoensinomedio.org.br/mapa-da-formacao/>.

Formação de educadores

DE OLHO NA EQUIDADE

DICAS:

- Tendo em vista a preparação dos professores para os aprofundamentos dos IFs, pode-se pensar em trilhas específicas para cada aprofundamento ofertado pela rede na parte diversificada.
- É interessante inserir momentos para diálogo sobre a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho na Formação Geral Básica dos educadores, pois esse tema muitas vezes tem sido discutido apenas com os professores e gestores que atuam nos itinerários de formação técnica e profissional.

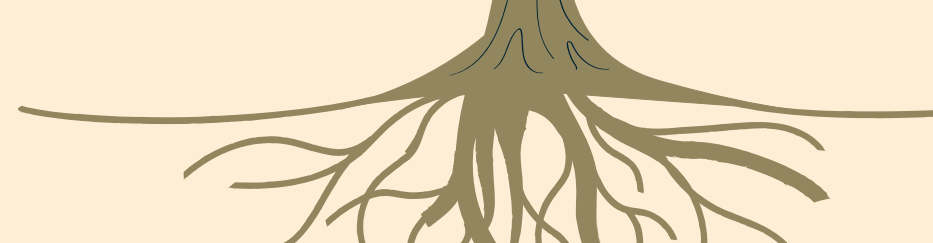
REFERÊNCIAS PARA AJUDAR A DEFINIR O MODELO PEDAGÓGICO

1. No âmbito local:

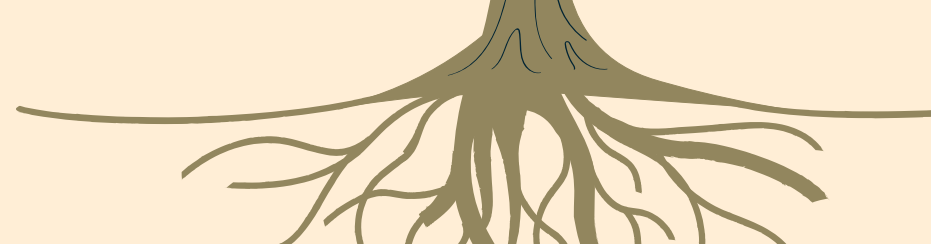
- A Política de Formação Continuada da rede de ensino;
- O currículo e o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio;
- Escutas realizadas junto à rede de ensino;
- Experiências exitosas de formação continuada – em termos de duração, modalidade (presencial, EAD, híbrido), horários de realização, metodologia, avaliação dos participantes e alcance de objetivos estabelecidos.

2. No âmbito nacional:

- **AVA MEC:** ambiente virtual de aprendizagem do Ministério da Educação (MEC).
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, do Ministério da Educação.
- **Grupo de trabalho: formação continuada de professores**, do Consed: considerações para orientar o aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores à luz da implementação da BNCC.
- **Formação continuada de professores: contribuições da literatura baseada em evidências**, da Fundação Carlos Chagas.
- Plataforma **Nosso Ensino Médio** (parceria para formação gratuita entre os institutos Reúna e Iungo com o Itaú Educação e Trabalho).
- **Resolução CNE/CP n. 1/2020**, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a formação continuada de professores da educação.
- **Boas práticas para uso efetivo do 1/3 da hora-atividade**, da FGV/Ebape: sobre o uso do 1/3 de planejamento e a implementação de boas práticas.



Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

PASSO 3 - Mapear recursos

Após definido o Modelo Pedagógico da Formação, sugerimos que seja feito um diagnóstico da rede para apoiar a equipe a tomar decisões como:

- Quais serão os temas basilares da formação, aos quais todos os públicos devem ter acesso?
- Quais serão os temas específicos para cada público (gestores ou professores de EM convencional, EM noturno, EM em tempo integral, EJA, educação no campo, indígena e quilombola, educação especial, educação em espaços de privação de liberdade etc.)?
- Qual será a carga horária das formações?
- Qual será a modalidade das formações (presencial, a distância ou híbrida)?
 - Em quais locais acontecerão as formações presenciais?
 - Quais ferramentas serão usadas para as formações a distância?
- Qual será a frequência das formações?

Sugerimos que sejam levantadas informações sobre os seguintes aspectos das redes de ensino de cada UF:

- As ações formativas existentes ou planejadas nas redes;
- As boas práticas alinhadas à BNCC e ao Novo Ensino Médio existentes na rede;
- Os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis nas redes para a execução das formações;
- As necessidades formativas de professores, equipes gestoras das escolas e equipes técnicas com relação aos novos currículos.
- A utilização do horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) nas escolas da rede e como aproveitá-lo para realizar as formações.

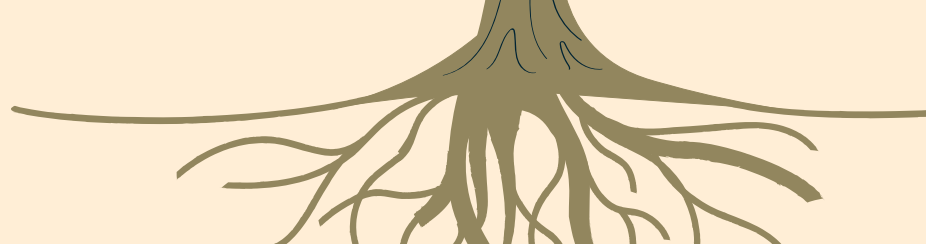
Essas informações podem ser obtidas por meio de:

- Dados secundários como Censo Escolar, [Qedu](#), entre outros;
- Aplicação de formulário eletrônico para professores e equipes gestoras;
- Escuta com professores e gestores.

Para apoiar na identificação das informações a serem levantadas, é válido responder às três perguntas a seguir:

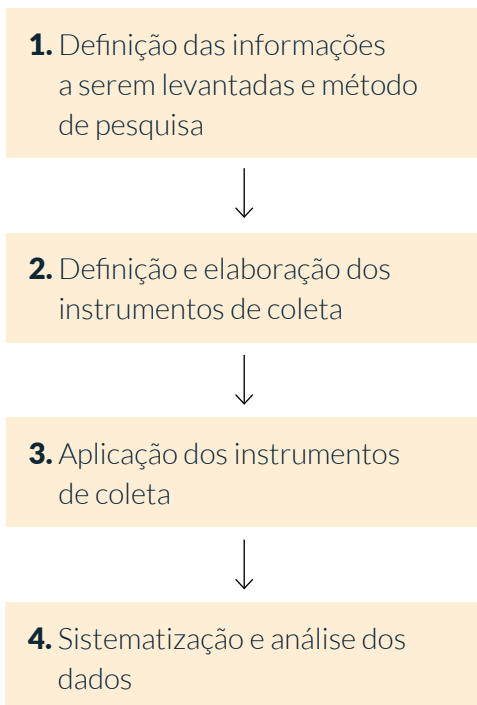
- O que já sabemos sobre o contexto formativo da rede?**
(Quais dados foram levantados, estudos já realizados, etc.?)
- O que queremos validar?**
(Quais são nossas hipóteses e suposições? Por exemplo: “Achamos que os professores possuem pouco conhecimento sobre como utilizar as metodologias ativas em sala de aula, mas não temos certeza.”)
- O que precisamos descobrir?**
Listar possíveis dúvidas em relação ao tema formação na rede.

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

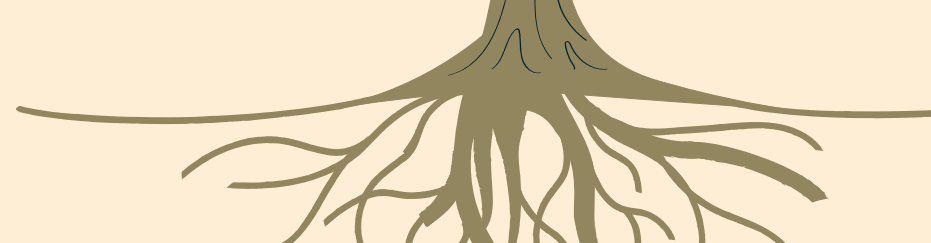
Para preencher possíveis lacunas que não estejam respondidas, apresentamos um fluxo com o passo a passo para realização de um diagnóstico:



Na prática

Para a fase da escuta, sugerimos a utilização do instrumento Mapa de empatia para o entendimento dos anseios e das necessidades dos professores e gestores de todos os tipos de oferta e modalidades do Ensino Médio da rede. Como o próprio nome diz, a ideia dessa ferramenta é se colocar no lugar das pessoas que vão receber as formações e assim atender melhor a sua necessidade. Para ajudar a entender como funciona o instrumento do Mapa da empatia, sugerimos o vídeo [“Parte 1: Mapa da empatia na escola”](#), do canal Kuau.

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

Composta por seis quadrantes, ela pode nortear o processo de escuta relacionado ao tema em questão: “Formações para o Novo Ensino Médio”, conforme quadro a seguir.

Nome: Idade: Sexo:
O que sente e pensa: quais são suas maiores preocupações em relação à sua atuação como professor na implementação do novo Ensino Médio? Quais são seus medos e suas aspirações? No que tange à participação em formações, quais são suas preocupações e aspirações?
O que vê: o que tem visto sobre o Novo Ensino Médio? E sobre os Itinerários? E sobre a formação continuada de professores e gestores?
O que escuta: o que tem escutado na mídia sobre o novo Ensino Médio? E dos colegas de profissão? E sobre a formação continuada de professores e gestores?
O que diz e faz: o que costuma dizer sobre o tema? Como tem participado do processo de implementação do Novo Ensino Médio? Como tem buscado se preparar para atuar em sala de aula? Como busca se desenvolver enquanto professor ou gestor? Quais formações realizou no último ano?
Dores: quais são seus principais desafios enquanto professor que atua na/no [tipo de oferta ou modalidade que representa] para implantar o novo Ensino Médio em sala de aula? Quais são suas dificuldades para participar de formações?
Necessidades: qual suporte você necessita? Quais temas precisa saber mais? Como e quando acredita que as formações devem ocorrer? Quanto tempo por mês poderia se dedicar a participar de formações?

Ressaltamos que este é um instrumento de pesquisa qualitativa; logo, o interesse não é aplicar a ferramenta com um grande número de pessoas, mas com uma quantidade pequena e diversa, possibilitando o aprofundamento no tema e a identificação de desafios e possibilidades ainda não mapeados ou até mesmo validar alguns pressupostos. Por isso, sugerimos que esse levantamento seja feito com professores de diferentes níveis de compreensão sobre o Novo Ensino Médio e conte com apoio das equipes regionais.

Após fazer a escuta dos professores e/ou gestores, a equipe pode se reunir, identificar padrões que se repetem e definir um perfil para simbolizar cada público. A ideia é que criem personagens, com nome, idade, escola que leciona etc. Considerando que um dos princípios sugeridos pelo Nosso Ensino Médio é o professor como protagonista da formação, ouvi-los profundamente na etapa de planejamento e tentar se colocar no lugar deles pode ser um grande diferencial para o sucesso da implementação do plano.

Para exemplificar essa dinâmica dos perfis, criamos dois personagens fictícios, com base em uma sistematização de informações que pode ser visualizada a seguir. O quadro com as respostas detalhadas para cada tópico você encontra neste [link](#).

Formação de educadores

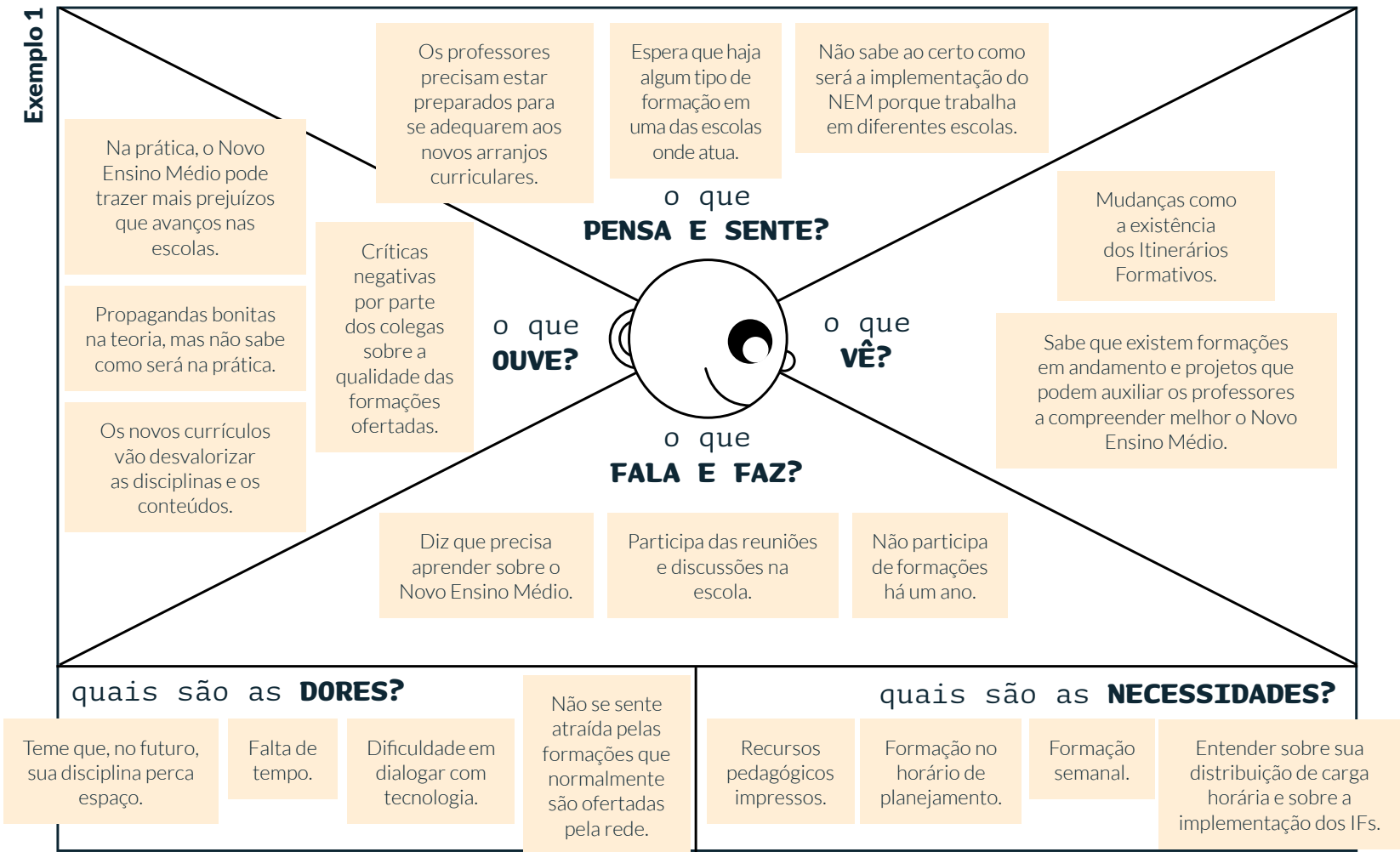


DE OLHO NA EQUIDADE

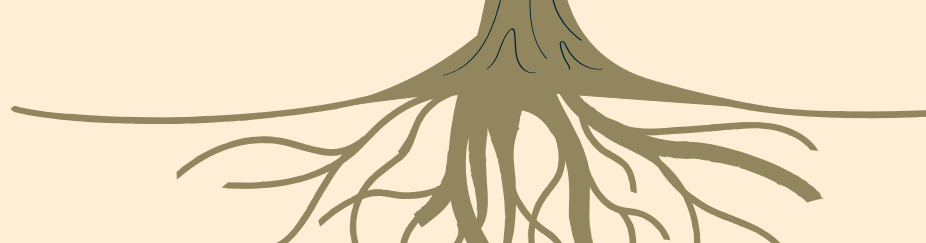
Nome: Maria Idade: 45 anos

Professora de EMII

Exemplo 1



Formação de educadores

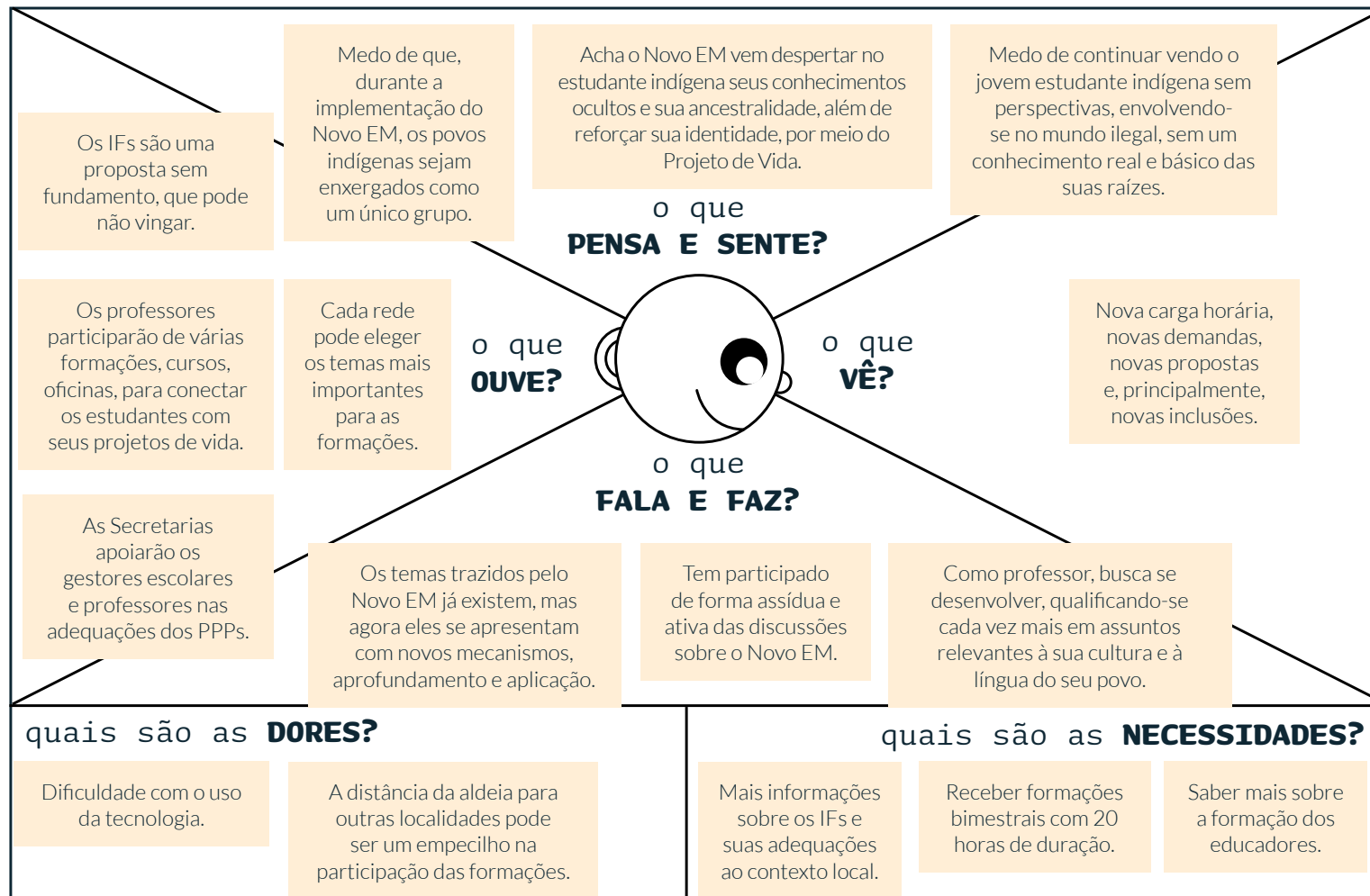


DE OLHO NA EQUIDADE

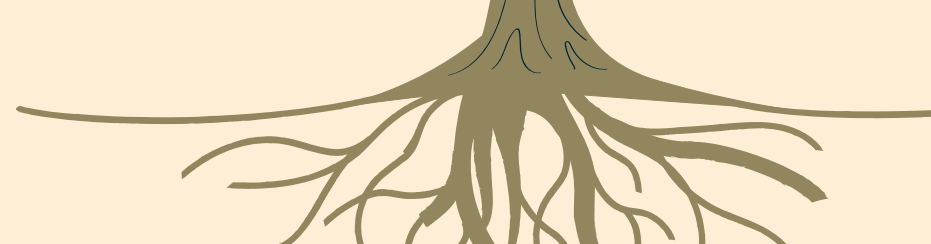
Nome: João Idade: 30 anos

Professor da Escola indígena

Exemplo 2



Formação de educadores

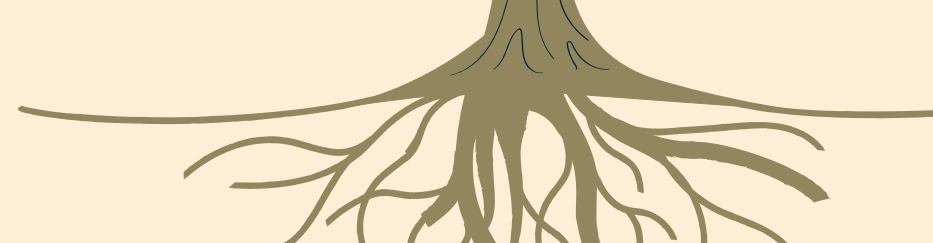


DE OLHO NA EQUIDADE

Com base nesses perfis fictícios, mas que podem ser similares aos de vários professores, é possível fazer escolhas ao planejar a formação:

- Considerando que ainda há muita desinformação sobre o Novo Ensino Médio, é importante que, nos primeiros encontros, sejam esclarecidas as principais dúvidas dos professores em relação à distribuição da carga horária, alocação de professores etc.
- O melhor modelo de governança fomenta a formação no dia a dia da escola e formações docentes na própria localidade.
- Levando em conta a falta de tempo dos professores fora do horário escolar, sugerimos a utilização dos momentos do horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) para realizar as formações e assim obter uma maior participação.
- No caso das formações promovidas pelas Equipes Regionais para as Equipes Locais, é importante ter atenção especial à logística dos participantes que vêm de comunidades cujo acesso é mais difícil. A depender da distância, os encontros devem ocorrer à tarde. Vale organizar um lanche para recepção dos professores e até verificar a possibilidade de hospedá-los.
- Para a realização de encontros formativos a distância, vale a pena preparar os profissionais para utilização de ferramentas digitais, além de garantir o acesso a computador e internet.
- É essencial disponibilizar materiais pedagógicos de apoio, se possível nos formatos físico e digital.
- São consideradas boas práticas a certificação e as ações de incentivo para que os professores participem da formação como promoção na carreira ou incremento financeiro.
- O engajamento e apoio dos gestores e coordenadores pedagógicos são cruciais para permitir a participação docente.
- As formações devem ser atrativas aos professores, com equilíbrio entre teoria e prática, e alinhadas ao contexto de trabalho deles.
- Deve-se pensar em temáticas relacionadas às modalidades ou em temas adequados ao contexto local.

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

PASSO 4 – Detalhar o Plano de Formação

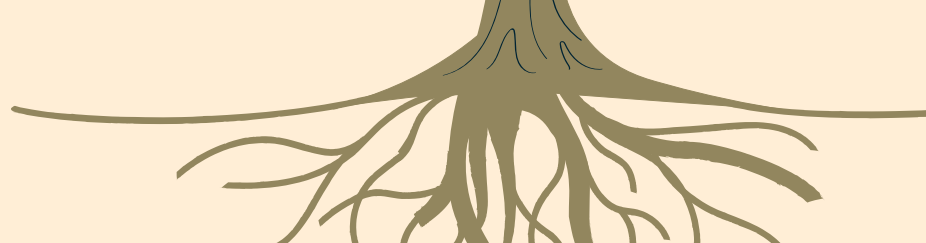
A partir do diagnóstico realizado e do modelo pedagógico da formação, é necessário detalhar o Plano de Formação. Para tal, sugerimos a utilização do modelo a seguir, adaptado do [Guia para Elaboração do Plano de Formação](#).

ITEM	DESCRIÇÃO
Necessidade de formação	Descreva qual(is) será(ão) o(s) tema(s) dessa formação
Público	Indique o público a quem se destina
Período da formação	Informe as datas de início e término
Metas de alcance	Indique: Quantidade de professores e de gestores a serem formados a cada ano
Objetivos de aprendizagem	Cite o que se espera que o público-alvo seja capaz de fazer ao finalizar o curso
Modalidade e carga horária	Descreva quais serão a modalidade do curso (presencial, on-line, híbrida) e a carga horária por modalidade
Recursos humanos e materiais necessários	Elenque os recursos humanos e materiais necessários para realização da formação
Estratégias de divulgação e engajamento	Descreva quais serão as estratégias de divulgação e engajamento do público-alvo
Conteúdo	Elenque os conteúdos que serão abordados
Avaliação e certificação	Descreva como será realizada a avaliação e certificação dos participantes, informando-os sobre os critérios

Algumas observações importantes ao planejar as formações são:

- É importante que os prazos e as metas estabelecidas sejam coerentes e viáveis, considerando o contexto das unidades escolares da rede, a fim de possibilitar uma organização prévia das diretorias regionais de educação, escolas e dos profissionais envolvidos. Essa organização inclui mobilização do público-alvo, logística e acompanhamento das ações formativas e dos prazos necessários para a replicação.
- Sugerimos o planejamento de trilhas e/ou cursos voltados ao fortalecimento dos gestores e coordenadores pedagógicos das escolas no processo de implementação do Novo Ensino Médio, abordando temas relacionados ao plano de implementação do Novo Ensino Médio, projeto político-pedagógico, comunicação e mobilização, acompanhamento de metas, indicadores, entre outros.
- Disponibilizar tempos/espacos durante os momentos formativos ou logo em seguida para coleta de feedback dos professores e gestores participantes das formações é válido para identificar oportunidades para aperfeiçoar as trilhas formativas;
- Sugerimos planejar trilhas formativas que aliem teoria com atividades práticas e compartilhamento de boas práticas/vivências das escolas da rede ou de redes parceiras, sobretudo no que tange às ofertas específicas e modalidades de ensino, a fim de inspirar os educadores.

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

- e. Defendemos a valorização da formação continuada em serviço. Valorizar o tempo e o espaço escolares significa valorizar os professores. À equipe gestora, cabe articular para que a carga horária indicada para formação continuada na rede seja suficiente, gerindo a logística da melhor forma possível.
- f. Mesmo que haja certa padronização da formação em níveis regionais ou locais, o contexto socioeducativo de cada escola é diferente e merece ser valorizado. Por esse motivo, a formação continuada no HTPC deve ser pautada no diálogo, preferencialmente, com toda a comunidade escolar, valorizando os indivíduos, o mundo do trabalho e as diretrizes curriculares.

Na prática

Acesse a página 42 do [Guia para Elaboração do Plano de Formação, do Reúna e Instituto Iungo](#), para visualizar um modelo de planejamento de formação preenchido.

PASSO 5 – Estruturar o acompanhamento do plano

Por fim, é importante definir como a implementação do Plano de Formação será acompanhada. Sendo assim, considerando as metas definidas na etapa anterior, é necessário detalhar como elas serão monitoradas.

Exemplo:

META	INDICADOR	COMO SERÁ CALCULADO	FONTE DOS DADOS
Formar 70% dos professores de Ensino Médio	% de professores formados	Quantidade de professores certificados/total de professores da rede	Formulário respondido pelas Equipes de Gestão Regionais
Ofertar 80 horas de formação por ano para cada público	Quantidade de horas de formação ofertadas por público	Total de horas de formação ofertadas por público	Pautas e cronogramas formativos
Alcançar nível de satisfação por parte do público-alvo das formações de no mínimo 80%	% de satisfação	% de pessoas que responderam “Muito satisfeito” ou “Satisfeito”/total de respostas	Pesquisa de satisfação a ser respondida pelos participantes

Formação de educadores

DE OLHO NA EQUIDADE

Além do acompanhamento das metas, sugerimos que a qualidade das formações seja avaliada, verificando o que deu certo e quais são os pontos de melhoria. O [Guia para elaboração do plano de formação do Nosso Ensino Médio](#) sugere as seguintes ações:

- aplicação de formulário de satisfação ao final de cada formação;
- realização de observação de aulas pelo coordenador pedagógico;
- promoção de rodas de conversa com grupos específicos isoladamente ou integrando grupos;
- diálogo entre gestores de redes e escolas para troca de impressões;
- reuniões de Equipes Regionais para levantamento, sistematização e análise de dados;
- acompanhamento amostral, in loco, da replicação das formações pelas equipes regionais e locais por parte da Equipe de Formação Central.

Alguns aspectos a serem avaliados são:

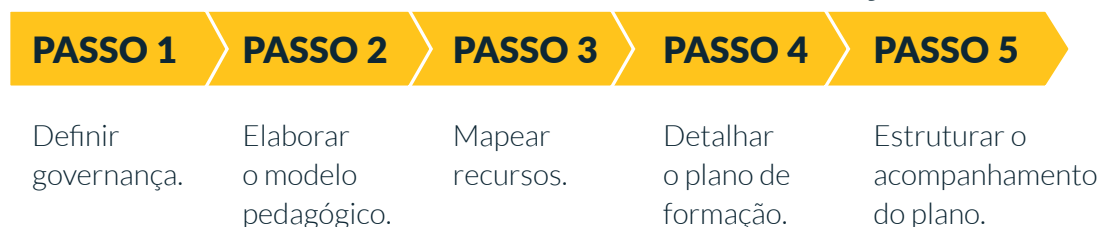
- desempenho do formador;
- relevância e efetividade da pauta da formação;
- infraestrutura e logística da formação;
- cumprimento das premissas de qualidade e princípios do modelo pedagógico adotado.

INFOGRÁFICO - ETAPA 7 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES

A implementação do Novo Ensino Médio requer a formação dos educadores das redes de ensino para trabalhar com os novos currículos e suas inovações.

A Elaboração do Plano de Formação continuada pode ser realizada em cinco passos.

PASSO A PASSO PARA PLANO DE FORMAÇÃO

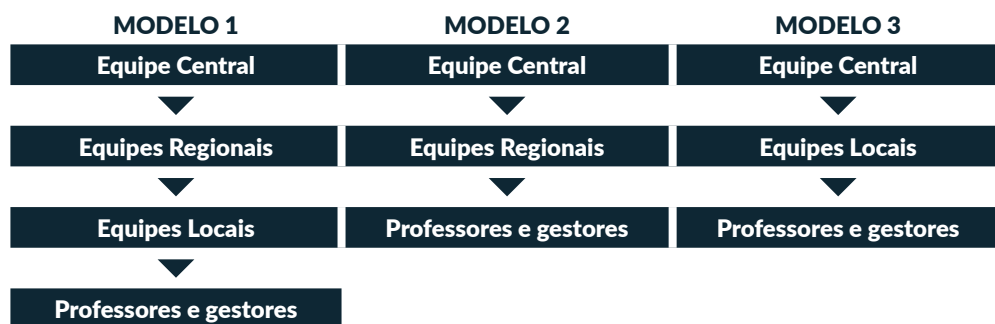


Formação de educadores

DE OLHO NA EQUIDADE

PASSO 1 - Definir governança

A fim de garantir que a formação chegue a todos os educadores, sugerimos definir um modelo de governança em cascata, partindo da Equipe Central até chegar a todos os professores e gestores da rede. Visualize alguns exemplos de arranjos a seguir.



Equipe Central: composta por representantes da Secretaria Estadual de Educação e formadores estaduais.

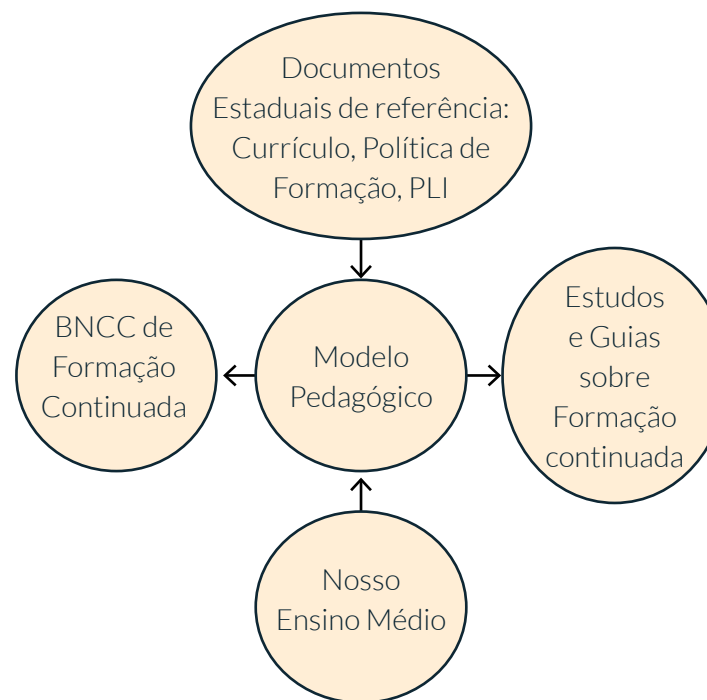
Equipes Regionais: composta por representantes das Diretorias Regionais de Educação e formadores regionais.

Equipes Locais: compostas por representantes de professores das escolas de ensino médio.

Cada nível das Equipes pode ser dividido em áreas de gestão e formação. Uma vez definido o arranjo, deve-se estabelecer quais serão o perfil e as atribuições de cada equipe. [Clique aqui para ver um exemplo.](#)

PASSO 2 - Elaborar o modelo pedagógico

A fim de garantir que a formação chegue a todos os educadores, sugerimos definir um modelo de governança em cascata, partindo da Equipe Central até chegar a todos os professores e gestores da rede. Visualize alguns exemplos de arranjos a seguir.



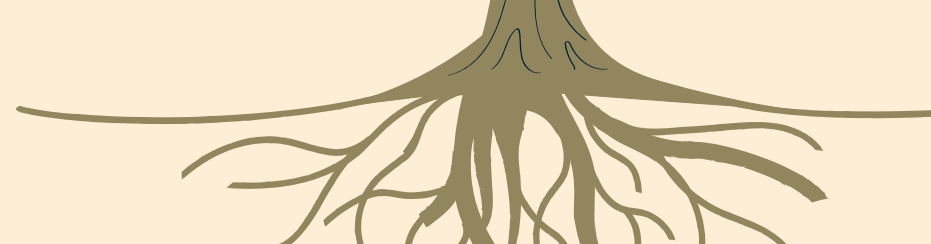
Guia de Implementação da BNCC

Guia para elaboração do Plano de Formação Continuada

Formação continuada de professores: contribuições da literatura baseada em evidências;

Uso do 1/3 de Planejamento e a Implementação de Boas Práticas

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

Premissas de Qualidade da Formação do Guia de Implementação da BNCC:

- Foco no desenvolvimento de competências e habilidades;
- Trabalho colaborativo;
- Metodologias ativas;
- Foco em como desenvolver conhecimento;
- Uso de dados.

Princípios do Nosso Ensino Médio:

- Foco no desenvolvimento de competências;
- Escolas e redes de ensino como comunidades de aprendizagem;
- Composição flexível de percurso;
- Homologia de processos;
- Foco na retroalimentação entre teoria e prática;
- Centralidade e protagonismo dos educadores no processo de formação.

Criação de uma arquitetura de formação flexível, perpassando pelos quatro eixos estruturantes do Novo Ensino Médio, de acordo com o modelo do Plano de Curso do [Nosso Ensino Médio](#).

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

Trilha formativa para todos os públicos, definida no Plano de Formação Continuada. Ela trata dos temas gerais e basilares para implementação do NEM.

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

Trilha para que professores e gestores investiguem os sentidos e os propósitos de suas trajetórias.

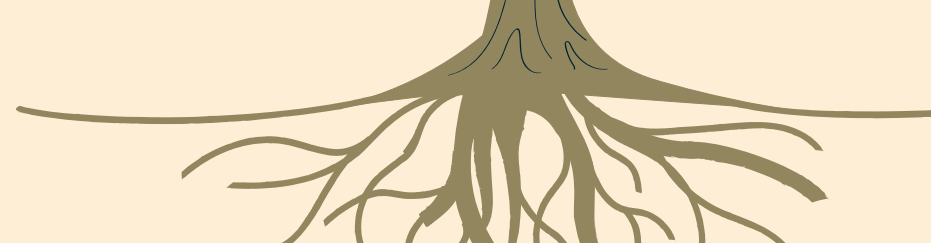
ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Trilhas formativas específicas por público, definidas no Plano de Formação Continuada. Elas podem trazer os aprofundamentos sobre a implementação dos IFs.

ELETIVAS

Cursos diversos disponíveis para escolha dos professores e gestores. Os cursos podem ser ofertados pela rede e/ou pela própria escola.

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

PASSO 3 - Mapear recursos

1. Definição das informações a serem levantadas e método de pesquisa



2. Definição e elaboração dos instrumentos de coleta



3. Aplicação dos instrumentos de coleta



4. Sistematização e análise dos dados

Informações a serem levantadas:

- As **ações formativas já existentes** ou planejadas nas redes;
- Os **recursos** financeiros, materiais e humanos disponíveis nas redes para a execução das formações; e
- As **necessidades formativas** de professores, equipes gestoras das escolas e equipes técnicas com relação aos novos currículos.
- As boas **práticas** já existentes na rede;
- Como se dá a utilização do **HTPC** pelas Escolas.

Fontes de Dados:

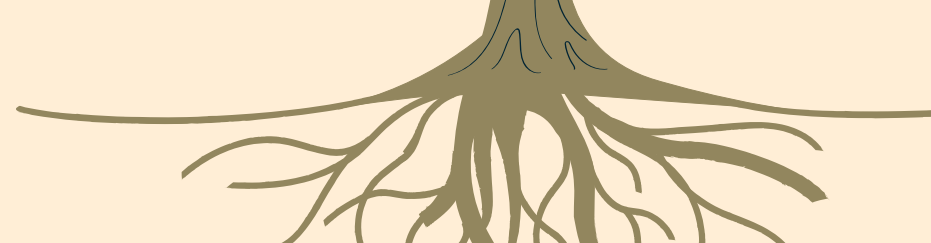
- Dados Secundários como Censo Escolar, Qedu, dentre outras;
- Formulário eletrônico para professores e equipes gestoras;
- Escutas com professores e gestores.

PASSO 4 - Detalhar o plano de formação

Definições necessárias para detalhamento do **Plano de Formação**:

Temas das Formações	Cronograma formativo	Modalidade das formações
Avaliação e Certificação	Metas formativas	Carga-Horária das formações
Público de cada Formação	Conteúdo	Recursos humanos e materiais necessários
	Estratégias de divulgação e engajamento	

Formação de educadores



DE OLHO NA EQUIDADE

PASSO 5 - Estruturar o acompanhamento do plano

Defina quais indicadores acompanhar para saber se as formações estão tendo o resultado esperado. Ex:

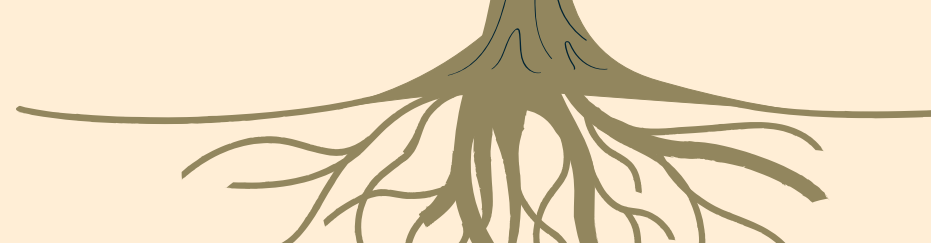
- N° de Inscritos;
- Taxa de Frequência;
- Taxa de certificação;
- Taxa de evasão;
- índice de satisfação;
- etc.

Fontes de Dados:

- Aplicação de formulário de satisfação ao final de cada formação;
- Realização de observação de aulas;
- Promoção de rodas de conversa;
- Diálogo entre gestores de redes e escolas para troca de impressões;
- Reuniões de equipes regionais para levantamento, sistematização e análise de dados;
- Acompanhamento amostral, in loco, da replicação das formações pelas equipes regionais e locais por parte da Equipe de Formação Central.

Formação de educadores

DE OLHO NA EQUIDADE



De olho na equidade

1. Governança para a formação continuada

É crucial a participação de representantes das modalidades de ensino e ofertas específicas tanto na Equipe de Gestão quanto de Formação Central, a fim de garantir que suas especificidades sejam contempladas no Plano de Formação. Nesse sentido, sugerimos que os integrantes possuam um mínimo de conhecimento prévio sobre as necessidades e os anseios dos estudantes das modalidades e ofertas específicas, nos variados territórios do Estado ou DF.

As escolas de **EM em tempo integral** já têm práticas interessantes de formação que podem ser agregadas ao Novo Ensino Médio. Por isso, incluir profissionais com experiência em EMTI na governança pode favorecer o trabalho, levando em consideração que as equipes já formam professores para Projeto de Vida, eletivas, projetos diversos e outros.

A **educação a distância** é uma ótima estratégia para garantir que a formação chegue a todos os educadores, sendo relevante incluir na equipe de governança pessoas com experiência nessa modalidade de ensino. No entanto, também é importante garantir encontros presenciais, tanto no nível de Equipe Central como entre as Equipes Regionais e escolas, a fim de promover as trocas de experiências, os diálogos e aumentar o senso de pertencimento dos educadores.

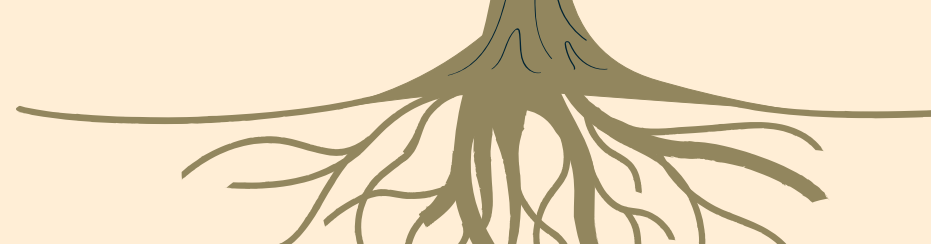
Além das equipes das Secretarias, sugerimos que o Comitê de Governança tenha a representação dos diversos sujeitos coletivos do **campo, indígena e quilombola** da UF ou região, tais como: movimentos sociais, fóruns, organizações sociais (sindicatos) e comitês.

2. Definição do modelo pedagógico

Neste modelo flexível, as eletivas podem contemplar a formação de professores para atuarem em contextos socioeducativos diversificados, como a educação indígena e quilombola, os itinerários técnicos e profissionais, a educação do campo, entre outros, proporcionando condições para que os profissionais entrem nesses contextos de forma qualificada. Nesse sentido, as próprias escolas podem ser estimuladas a criar cursos para o corpo docente, alinhados ao contexto local e às necessidades específicas do seu público. Por exemplo, uma escola indígena pode ofertar um curso a todos os professores da escola e/ou da rede (no formato a distância) sobre a língua materna da comunidade.

Formação de educadores

DE OLHO NA EQUIDADE



3. Mapeamento de recursos

A arquitetura do Novo Ensino Médio permite a personalização dos percursos formativos pelas redes, em âmbitos central, regional e/ou escolar. Para tanto, é importante realizar um diagnóstico de necessidades formativas dos educadores para que sejam desenhadas possibilidades para cada público (considerando as modalidades e demais ofertas específicas).

Mapear as unidades escolares da rede, considerando o território e os tipos de oferta e modalidades de ensino, é essencial para registrar e reconhecer as potencialidades e necessidades de cada uma. Dessa forma, é possível realizar ações formativas de acordo com os cenários identificados e promover tempos/ espaços para compartilhamento de boas práticas e experiências entre diferentes realidades escolares, buscando maior integração territorial no processo de implementação do NEM.

Em relação à **educação a distância**, recomendamos fazer um levantamento sobre o acesso dos professores e gestores a computador e internet no ambiente escolar e nas residências, além de identificar o grau de familiaridade que eles possuem com ferramentas tecnológicas.

4. Detalhamento do Plano de Formação

É importante planejar trilhas formativas que ofereçam compreensão teórica e prática de temas e assuntos essenciais relativos à transformação em processo da Educação em si (no que tange ao Novo Ensino Médio e à importância da apropriação e ao uso das metodologias ativas), e sobre como aplicá-los nos diferentes contextos escolas. Merecem atenção especial as escolas que possuem ofertas específicas e as modalidades de ensino, para que o público formado multiplique esta mudança, por homologia de processo, em suas atuações singulares e coletivas.

Formações por região/território, unindo escolas e profissionais de unidades diferentes de mesma localidade, por tipo de oferta e/ou modalidade, no horário de aula/trabalho, facilitam a participação de professores e gestores e estimula a troca de experiências sobre a atuação em contexto singulares.

A equidade se dá no atendimento às especificidades de cada escola. Algumas formações podem ser diferentes, tanto em temática, quanto em carga horária, dependendo do contexto socioeducativo, portanto, buscar equidade não significa buscar igualdade.

Formação de educadores

DE OLHO NA EQUIDADE

5. Acompanhamento do Plano de Formação

A fim de garantir e acompanhar a participação dos professores e gestores que atuam nas modalidades de ensino ou ofertas específicas nas formações, sugerimos que sejam criadas metas e/ou indicadores específicos para esse monitoramento, como:

- % de inscrição das formações de professores, por modalidade/tipo de oferta;
- % de participação dos professores, por modalidade/tipo de oferta da região por encontro formativo;
- % de professores de por modalidade/tipo de oferta certificados;
- índice de satisfação por parte dos professores por modalidade/tipo de oferta.



ETAPA 8

Atualização dos PPPs escolares



O DESAFIO

Garantir que o currículo chegue oficialmente ao chão da escola e que a revisão do projeto político-pedagógico (PPP) reflita as inovações do Ensino Médio em cada unidade escolar.



RESULTADOS ESPERADOS

- Gestores escolares preparados e engajados para liderar o processo de revisão dos PPPs à luz do Currículo do Novo Ensino Médio;
- Professores, gestores e comunidade escolar reunidos no dia do projeto político-pedagógico;
- Todas as escolas de Ensino Médio com os PPPs adequados ao Novo Ensino Médio.



OS CAMINHOS POSSÍVEIS

A (re)elaboração dos PPPs das escolas é parte essencial no processo de implementação do Novo Ensino Médio, pois o PPP é o conjunto de elementos orientadores de todas as ações pedagógicas e de gestão, ou seja, ele traduz como o novo currículo da etapa será trabalhado nas escolas da rede.

Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

O PPP é um documento norteador de cada unidade escolar, tanto no trabalho dos professores com os alunos, quanto das formações que ocorrem no dia a dia, trazendo concepções e metodologias de ensino e avaliação. Sendo assim, seu **processo de revisão deve ser liderado pelos gestores escolares**, pois cada instituição é única e possui contextos diversos. As escolas que ofertam a educação especial, educação de jovens e adultos, educação no campo, indígena e quilombola, educação em espaços de privação de liberdade e/ou possuem ofertas específicas como ensino noturno e o Ensino Médio em tempo integral precisam levar em consideração suas especificidades no momento de readequação dos PPPs ao Novo Ensino Médio.

A Secretaria de Educação, em articulação com o Conselho Estadual de Educação, possui o papel de preparar, orientar e apoiar os gestores nesse processo, além de acompanhar se todas as escolas da rede readequaram seus PPPs, considerando os marcos legais nacionais e estaduais e documentos referenciais do Estado.

Algumas ações que podem ser realizadas pela Secretaria da Educação serão descritas a seguir:

1. Disponibilizar informações e materiais de apoio aos gestores

Partindo do pressuposto que a maioria das escolas já possuem um projeto político-pedagógico, o desafio dos gestores será entender as inovações propostas pelo Novo Ensino Médio e o Currículo do Estado para então atualizar os PPPs vigentes.

A Secretaria pode apoiá-los disponibilizando materiais de apoio às equipes gestoras das escolas, a fim de que entendam os fundamentos pedagógicos e legais da Base Nacional Comum Curricular e do Novo Ensino Médio e sejam capazes de liderar o processo de alinhamento dos PPPs ao Currículo Estadual.

O quadro a seguir apresenta uma relação de documentos que podem ser disponibilizados aos gestores:

Marcos legais

- LDB com Reforma do Ensino Médio - [Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.](#)
- DCNs do Ensino Médio – [Res. CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018.](#)
- Referenciais dos Itinerários - [Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018.](#)
- DCNs da EPT – [Res. CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.](#)
- Diretrizes Operacionais da EJA – [Res. CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021.](#)
- Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. [Res. CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.](#)
- DCNs da Educação Indígena - [Res. CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012.](#)
- DCNs da Educação Quilombola – [Res. CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.](#)
- DCNs da Educação Especial – [Res. CNE/CEB nº 2, de 11 de novembro de 2001.](#)
- Resolução que regulamenta o Currículo do Estado.
- Resolução Estadual que regulamente a elaboração dos PPPs.
- Outras regulamentações relacionadas ao Novo Ensino Médio ou à elaboração de PPP do sistema de ensino.

Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Documentos referenciais:

- Base Nacional Comum Curricular
- Currículo da Etapa do Ensino Médio do Estado
- Materiais pedagógicos complementares ao currículo do Ensino Médio do Estado
- Plano de implementação do Novo Ensino Médio do Estado
- Modelos de matrizes curriculares da etapa Ensino Médio por tipo de oferta
- Outros documentos complementares produzidos pelo Estado

2.

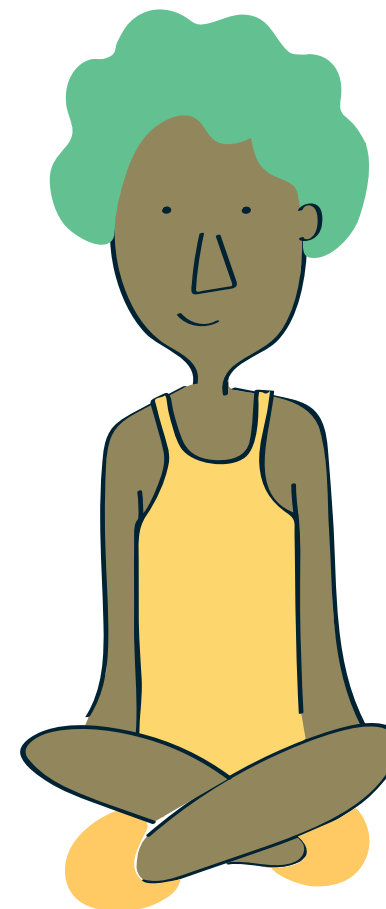
Ofertar formações sobre a readequação dos PPPs

O Plano de Formação da Secretaria deve incluir um curso aos gestores escolares sobre a readequação dos PPPs das escolas da rede ao Novo Currículo. As equipes gestoras das escolas terão o papel de conduzir o processo de (re)elaboração dos PPPs de cada unidade, engajando e orientando os demais membros da comunidade escolar.

Ao formatar o curso, é importante considerar que as escolas não partem do zero. As instituições de ensino que ofertam também o Ensino Fundamental já têm um PPP parcialmente alinhado à BNCC. Sendo assim, o ponto de partida será a análise dos documentos que as escolas possuem, a fim de identificar quais tópicos necessitam de atualização.

Os cursos podem abordar temas como:

- fundamentos pedagógicos da BNCC, do Novo Ensino Médio e do currículo;
- marcos legais (nacionais e estaduais ou distrital);
- especificidades dos PPPs das escolas das modalidades ou ofertas específicas;
- passo a passo para revisão dos PPPs;
- engajamento da comunidade escolar.



Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

3. Engajamento dos gestores e da comunidade escolar

No processo de implementação da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, o Ministério da Educação orientou as Secretarias de Educação a promoverem o **Dia do Projeto Pedagógico**. Era um dia em que a comunidade escolar de cada instituição se reunia para discutir a (re)elaboração dos PPPs em conformidade com os novos currículos estaduais e do Distrito Federal. Essa foi uma importante atividade de mobilização de gestores, professores, alunos e da comunidade escolar em geral.

A iniciativa pode ser replicada pelas Secretarias visando promover uma discussão estadual sobre a (re)elaboração do projeto político-pedagógico alinhado aos novos currículos nas escolas de Ensino Médio.

Essa ação pode ser feita da seguinte forma:

Atividade	Como fazer
Definição da data do “Dia do PPP”	Escolha uma única data ou um período para realização do evento por parte das escolas.
Produção de materiais de orientação	Produza o roteiro de atividades para a data do evento, entregando uma pauta formativa aos gestores escolares para que trabalhem o tema com o restante da equipe escolar. É importante pensar também em atividades a serem desenvolvidas com os estudantes.
Comunicação e engajamento	Defina os meios de comunicação ideais para comunicar aos gestores sobre essa ação e articule com o setor de comunicação as melhores estratégias para engajar o público-alvo. Divulgue a ação em e-mails, grupos de WhatsApp, reuniões e publicações nos sites e nas redes sociais da Secretaria.
Acompanhamento	Mapeie, com apoio das diretorias regionais, quais escolas realizarão o evento e faça visitas amostrais a fim de acompanhar a efetividade da ação. Por meio de formulário de pesquisa posterior, identifique quais escolas realizaram o dia do PPP, quantas pessoas participaram, a data e outras informações que julgar necessárias.

[Clique aqui](#) para acessar um modelo de roteiro para o Dia do PPP.

Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

4. Propor uma estrutura para o PPP

Tendo como base a resolução do sistema de ensino que orienta a revisão dos PPPs, a Secretaria pode propor uma estrutura básica a ser seguida pelas escolas. Ressaltamos que o projeto político-

pedagógico é um documento único e, portanto, pode apresentar diferentes estruturas e elementos, conforme orienta o Guia de Implementação da BNCC. Veja a seguir uma estrutura básica, adaptada do guia citado.

Etapa	Objetivos e processos envolvidos	Contempla itens como
Contextualização histórica e caracterização	Fortalecer a identidade da escola e sua comunidade e promover uma reflexão sobre suas particularidades, seus desafios, seus recursos e seu potencial.	A história e as características sociais, culturais e físicas da cidade e/ou do bairro onde a escola está inserida; a composição e as características socioeconômicas e culturais da comunidade escolar (famílias, associações de bairro etc.); o histórico e as características da escola (organização da gestão, recursos físicos, materiais e financeiros); informações sobre os profissionais e alunos das escolas (quantitativo, perfil).
Diagnóstico de indicadores educacionais	Identificar e analisar os resultados educacionais da escola por meio de indicadores (oficiais e aqueles coletados na própria escola), construindo metas compartilhadas para a melhoria deles.	Indicadores de acesso (matrícula, evasão); indicadores de fluxo (reprovação, distorção idade-série) e de aprendizagem (resultados das avaliações externas e do próprio sistema de ensino, com análise por componente curricular e por ano, preferencialmente por descritor de aprendizagem e por turma).
Missão, visão e princípios	Gerar engajamento em torno de uma visão e objetivos comuns, fortalecendo a gestão democrática e participativa.	O propósito da instituição de ensino (missão), o que a comunidade escolar quer conquistar (visão) e quais são os valores que norteiam a sua atuação (princípios).
Fundamentação teórica, prática e bases legais	Gerar compreensão de que o PPP é um documento embasado e respaldado por diretrizes locais, estaduais e nacionais que vão além da escola. Discutir os marcos conceituais, a proposta curricular da rede e avançar no detalhamento de questões específicas e complementares ao currículo no contexto da escola (metodologias de ensino, os conteúdos, as expectativas de aprendizagem, intencionalidade educativa e as formas de avaliação e apoio aos alunos).	Os dispositivos legais e normativos previstos no currículo estadual, as concepções pedagógicas adotadas e os autores que embasam tais concepções. Caso o Currículo Estadual tenha definido uma concepção pedagógica, é importante considerá-la na elaboração desse tópico.
Plano de ação	Estabelecer o caminho para a realização da missão construída coletivamente, com um planejamento que oriente a atuação de toda a comunidade escolar, bem como o monitoramento e a superação de problemas detectados durante o ano. O Plano de ação contém as principais ações e os projetos que vão acontecer durante o ano.	As ações que serão realizadas no ano letivo a fim de solucionar os principais desafios mapeados na fase do diagnóstico; a maneira como a escola se adaptará para a implementação dos novos currículos alinhados à BNCC em todas as suas esferas: fundamentos pedagógicos, arquitetura curricular, metas, materiais didáticos, formação docente e avaliação.
Proposta curricular	Estabelecer qual será a matriz curricular da escola e descrevê-la, informando os itinerários de aprofundamento e as eletivas.	Calendário escolar; matriz curricular; metodologia de ensino; espaços e materiais a serem utilizados para implementação da proposta curricular; e sistema de avaliação dos estudantes.
Regimento escolar	Definir a organização administrativa, didático-pedagógica e disciplinar das instituições de ensino.	Normas e procedimentos da escola.

Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

De olho na equidade

5. Criar textos ou documentos orientadores sobre as especificidades dos PPPs das escolas nas diferentes modalidades e ofertas específicas

Com base no Parecer CNE/CEB 7/2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, denomina-se CONTEXTUALIZAÇÃO a “inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade” de acordo com a realidade local, social e individual da instituição educacional e do seu alunado. Nesse sentido, entendemos que o projeto político-pedagógico tem papel importante na caracterização do contexto local de cada escola, com atenção especial àquelas que ofertam a educação especial, educação de jovens e adultos, educação do campo, indígena e quilombola, educação em espaços de privação de liberdade, bem como o Ensino Médio noturno, Ensino Médio em tempo integral e/ou outras ofertas específicas.

A Secretaria da Educação, portanto, pode contribuir para esse processo, orientando e disponibilizando materiais de apoio sobre as modalidades e ofertas específicas aos gestores escolares. A seguir, estão algumas perguntas norteadoras para guiar a criação desses materiais e estimular as equipes gestoras a abordarem esses aspectos nos PPPs.

Questões gerais

- Qual é o perfil dos alunos da escola e qual é a melhor forma garantir o acesso deles aos Itinerários Formativos?
- Considerando o perfil dos estudantes e os fundamentos pedagógicos da BNCC, do Novo Ensino Médio e do Novo Currículo, quais são as metodologias e formas de avaliação da escola?
- Quais são as dificuldades da escola na implementação dos Itinerários Formativos?
- A escola possui oferta de cursos profissionalizantes? Caso negativo, como será feita a oferta do Itinerário de EPT aos estudantes?
- Como a escola planeja orientar e formar os professores para preparar os estudantes para o mundo do trabalho, inclusive os que não optarem pelo IF de EPT?
- Qual é a matriz curricular adotada pela escola?
- Qual relação a escola propõe que se estabeleça entre os diversos atores? Como são resolvidos os conflitos e como são buscadas estratégias de resolução de problemas dentro do ambiente escolar, tanto entre os estudantes quanto entre a própria equipe escolar? Como isso interfere no andamento das atividades? Quanto se tem dedicado ao apoio, à escuta e à reflexão acerca dos projetos de vida dos estudantes e funcionários?
- Como os saberes e as vivências dos alunos são considerados nas aulas?

Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação especial

A educação especial é uma modalidade transversal. Sendo assim, as equipes de todas as escolas podem refletir sobre as seguintes questões, retiradas do Caderno Complementar da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial de Sergipe:

- Como a escola se reconhece na educação especial na perspectiva da educação inclusiva?
- Possui sala de recursos multifuncionais? Se não possui, para qual escola com SRM os alunos com deficiência são direcionados?
- Como a escola se relaciona com a família do aluno com deficiência?
- Existe articulação com os serviços de assistência e saúde local, propiciando uma política de colaboração para efetivar o atendimento integral ao aluno com deficiência?
- Como a escola prepara a equipe técnico-pedagógica para acolher esses alunos e as famílias desde a matrícula?
- Qual é a rotina de reuniões entre a equipe técnico-pedagógica com os professores da sala regular, como apoio para solucionar possíveis problemas (comportamental, de aprendizagem e de acompanhamento familiar) dos alunos com deficiência?
- Como a prática pedagógica da escola favorece a inclusão dos alunos com deficiência?
- Quais atividades a escola desenvolve de acordo com os pressupostos teóricos de adaptação, adequação e flexibilização do currículo?
- A escola propicia formações internas sobre a educação especial em seus planejamentos?

Educação a distância

A educação a distância é uma modalidade transversal. Sendo assim, as equipes de todas as escolas podem refletir sobre as seguintes questões:

- A escola utiliza ou pretende utilizar a educação a distância para a oferta de aulas aos estudantes?
- Quais dos seguintes motivos para adotar a EaD são mais relevantes para a comunidade escolar: aprender além das limitações de tempo e espaço; ampliar horizontes dos alunos; acelerar a aprendizagem de quem deseja ou precisa?
- Como será implementada essa oferta?
- Como a educação a distância pode ser utilizada para oferta dos IFs?
- Qual será a carga horária em EaD mínima e máxima oferecida aos alunos? É opcional ou obrigatória para cumprir o mínimo de horas do NEM? (Reveja os percentuais permitidos no regular, integral, noturno e na EJA).
- Quais recursos a escola possui para oferta da educação a distância? Considere dispositivos (computador, celular, tablet) e infraestrutura (internet, eletricidade) efetivamente disponíveis na escola e nas casas dos alunos, onde, em grande parte, a EAD ocorre.
- Existe a necessidade de investir em mais dispositivos e infraestrutura nas escolas e/ou nas casas dos alunos para viabilizar projetos relevantes de EAD?

Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação de jovens e adultos

Quais serão as estratégias para ampliar as possibilidades de atendimento e melhor atender, principalmente, os perfis específicos de estudantes da EJA que apresentam singularidades, como os do campo, em contextos indígenas, em situação de privação de liberdade, em situação de rua, entre outros?

- Qual será a forma de oferta da EJA aos estudantes (presencial, EaD, articulada à educação profissional, com ênfase na educação e aprendizagem ao longo da vida)?
- Quais cursos profissionalizantes atendem aos interesses, às necessidades e às demandas dos estudantes e da comunidade do território?
- Quais potencialidades a escola possui e pode fortalecer na implementação dos Itinerários Formativos?
- De que maneira é possível superar as dificuldades da escola na implementação dos Itinerários Formativos?
- Quais práticas bem-sucedidas já foram realizadas em turmas da EJA que podem ser aprimoradas e fortalecidas na implementação dos Itinerários Formativos na escola?
- Quais parcerias possíveis podem contribuir no processo de implementação dos Itinerários Formativos?
- Quais os principais pontos de atenção precisam ser considerados no processo de implementação dos Itinerários Formativos?

Educação do campo, indígena e quilombola

Algumas questões para reflexão das equipes das escolas que ofertam essas modalidades são:

- O corpo docente da escola é formado em sua maioria por professores da própria comunidade ou de fora dela?
- Como os saberes e aspectos culturais da comunidade são trabalhados pelos professores?
- Qual tem sido a função social da escola para a comunidade na qual está inserida?
- Qual tem sido a participação dos pais ou responsáveis dos alunos no cotidiano da escola?
- O que os professores, gestores, demais funcionários, pais e alunos esperam do trabalho da escola?
- Como tem sido a relação da sua escola com a comunidade local?
- A escola possui turmas multisseriadas?
- Quais serão as estratégias para ampliar as possibilidades de atendimento e melhor atender, principalmente, os perfis específicos de estudantes que apresentam singularidades, como os do EM noturno, em situação de privação de liberdade, em situação de rua, entre outros?

Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação em tempo integral

- Quais serão as estratégias para ampliar as possibilidades de atendimento e melhor atender, principalmente, os perfis específicos de estudantes de EMTI que apresentam singularidades, como os da EJA, os do campo, em contextos indígenas, em situação de privação de liberdade, em situação de rua, entre outros?
- Como a escola pode garantir a permanência dos estudantes no tempo integral, uma vez que muitos jovens das áreas mais vulneráveis precisam trabalhar? Quais acordos podem ser feitos com eles? O que pode tornar a escola em tempo integral mais atrativa?
- O que pode ser modificado ou melhorado para que os momentos pedagógicos dos componentes eletivos sejam mais valorizados e explorados pelos estudantes e pelos professores?
- Qual perfil de professor mais se aproxima do que é proposto para as escolas em tempo integral? Que tipo de dedicação esses profissionais precisam estar dispostos a oferecer nesse ambiente de trabalho?

Ensino Médio noturno

- Quais estratégias podemos utilizar para ampliar as possibilidades e atender melhor, principalmente, os perfis específicos de estudantes do EM noturno que apresentam singularidades, como os sujeitos do campo, em contextos indígenas, em situação de privação de liberdade, em situação de rua, entre outros?
- Quais são as potencialidades da implementação dos Itinerários Formativos para os estudantes das turmas noturnas?
- De que maneira é possível superar as dificuldades na implementação dos Itinerários Formativos nessas turmas?
- Quais práticas bem-sucedidas já foram realizadas em turmas noturnas que podem ser aprimoradas e fortalecidas na implementação dos Itinerários Formativos?
- Quais parcerias contribuem no processo de implementação dos Itinerários Formativos para essas turmas?
- Quais são os principais pontos de atenção no processo de implementação dos Itinerários Formativos para os estudantes das turmas noturnas?

Educação em espaços de privação de liberdade

- Quais estratégias podemos utilizar para ampliar as possibilidades e melhor atender, principalmente, os perfis específicos de estudantes, que apresentam singularidades, como os estudantes da EJA?
- Quais práticas bem-sucedidas já foram realizadas no estado ou fora dele que podem ser aprimoradas e fortalecidas na implementação dos Itinerários Formativos para os estudantes da instituição?
- De que maneira é possível superar as dificuldades na implementação dos Itinerários Formativos para os estudantes das turmas noturnas?

Atualização dos PPPs escolares

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

6. Acompanhar e monitorar

Para avaliar a efetividade das ações, a equipe da Secretaria deve criar um plano de acompanhamento do processo de (re)elaboração dos PPPs pelas instituições de ensino.

Sugerimos que esse acompanhamento seja feito em parceria com as Diretorias de Educação, responsáveis por entrar em contato com os gestores escolares para coleta das informações, como as sugeridas nos quadros a seguir.

Exemplos de indicadores:

- % de escolas que realizaram o dia do PPP;
- Quantidade de professores, gestores e alunos que participaram do dia do PPP;
- % de escolas que enviaram os PPPs revisados ao Departamento responsável por analisá-los.

Exemplos de indicadores:

- Aplicação de formulário de satisfação ao final de cada formação;
- Realização de observação de aulas;
- Promoção de rodas de conversa;
- Diálogo entre gestores de redes e escola para troca de impressões;
- Reuniões de equipes regionais para levantamento, sistematização e análise de dados;
- Acompanhamento amostral, *in loco*, da replicação das formações pelas Equipes Regionais e Locais por parte da equipe de formação central.

Na prática

Veja como aconteceu essa etapa na **Secretaria de Educação do Sergipe**



Durante o processo de implementação do Currículo das Etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Sergipe, a Secretaria de Educação do Estado elaborou cadernos complementares ao currículo das modalidades educação de jovens e adultos, educação especial, educação do campo, indígena e quilombola. Todos os materiais trazem um tópico sobre a revisão dos PPPs à luz do currículo estadual e de cada uma dessas modalidades.

O processo de construção dos cadernos foi liderado por técnicos da Secretaria e das

Diretorias de Educação e contou com a participação de professores, gestores, representantes de movimentos sociais e fóruns, entre outros profissionais ligados a essas modalidades. A colaboração se deu por meio de encontros presenciais para coleta de contribuições, da disponibilização dos materiais produzidos para consulta pública e da coleta de práticas pedagógicas alinhadas ao currículo dos professores da rede que atuam nas modalidades de ensino.

Os cadernos estão disponíveis no site *Estude em Casa*, da Seduc.

ETAPA 9

Monitoramento



O DESAFIO

Avaliar continuamente o que está dando certo na implementação do Novo Ensino Médio, o que ainda precisa de aprimoramentos, quais são as demandas administrativas e pedagógicas e como elas podem ser endereçadas por cada equipe gestora.



A SOLUÇÃO

Desenvolver uma rotina de coleta e análise de informações e um plano de formação continuada de gestores e docentes que permita a identificação de entraves, boas práticas e necessidades de intervenção, contribuindo para a avaliação dos Itinerários Formativos.



RESULTADOS ESPERADOS

- a. Estruturação de um **Plano de Monitoramento** pautado nas etapas e nos objetivos do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio;
- b. Definição dos métodos, instrumentos e estratégias de monitoramento, bem como seus indicadores;
- c. Definição da governança responsável por instrumentalizar, coletar e analisar as informações necessárias;
- d. Mapeamento de boas práticas, entraves e impactos da implementação dos IFs na rede;
- e. Estruturação de um plano de avaliação e divulgação de resultados, com foco na devolutiva para as unidades escolares e comunidades.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl



OS CAMINHOS POSSÍVEIS

A etapa de monitoramento deve ser compreendida como uma ferramenta indispensável para garantir a realização dos objetivos tecidos ao longo de todo este Guia e a melhoria contínua dos trabalhos em uma rede de ensino.

Vale a pena estruturar um **Plano de Monitoramento** que contemple todas as dimensões e atores impactados pela implementação do Novo Ensino Médio, e permita a coleta de informações relevantes para a tomada de decisão, o mapeamento de pontos críticos e a identificação de boas práticas do processo, considerando as modalidades de ensino e as ofertas específicas.

1.

Estruturação do Plano de Monitoramento

Essa estruturação sistematiza **rotinas de coleta e análise de informações** nas etapas sugeridas neste Guia, desde o Planejamento até a Implementação dos Itinerários Formativos nas unidades escolares. Ela garante a seleção de informações com qualidade, que cheguem a todos os atores necessários para a realização de ajustes ao longo do processo e avaliação dos resultados alcançados.

O monitoramento perpassa todas as demais etapas e serve como ferramenta de verificação do êxito delas e da implementação como um todo. Os conceitos, as ferramentas e as estratégias discutidos a seguir podem ser utilizados para pensar o monitoramento de uma etapa específica – como a construção do catálogo de IFs ou a formação de professores – ou do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio de maneira geral.

O processo de monitoramento corresponde a uma etapa essencial do **Ciclo de Melhoria Contínua (PDCA)** de qualquer projeto de gestão. A metodologia do PDCA é uma ferramenta de qualidade dos processos organizada em quatro fases distintas (Planejamento, Desenvolvimento ou Execução, Checagem ou Avaliação e Ajuste). Ela pressupõe que toda ação ou projeto planejado devem prever uma **reflexão** sobre seu desenvolvimento e os resultados. Os aprendizados gerados promovem a melhoria a cada ciclo de repetição das ações.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Encontre mais informações sobre a metodologia PDCA e outras ferramentas de gestão de processos no material Introdução à gestão de processos: Ferramentas para a gestão de processos, da Enap.

O fluxograma a seguir permite compreender o ciclo de monitoramento dentro de uma perspectiva de PDCA.



Ou seja, antes da execução das etapas de implementação e dos Itinerários Formativos, a rede deve refletir sobre várias questões acerca do monitoramento, para que ele sirva como uma ferramenta de qualidade e aprendizado.

1.1 Definição de objetivos

O primeiro elemento essencial para um monitoramento eficaz é a definição e o alinhamento dos objetivos do projeto (Implementação do Novo Ensino Médio ou de uma etapa específica). Eles constam no Plano de Implementação (PLI) e foram discutidos na **Etapa 1** de Planejamento da Implementação. É importante que esses objetivos estejam bem explicitados para todos, pois o monitoramento é realizado tendo esses objetivos como base para verificação de sucesso ou criticidade da implantação dos IFs.

Ao definir os objetivos, a rede deve construir seus indicadores, ou seja, parâmetros de mensuração do grau de sucesso da implementação. **É vital que esses indicadores tenham conexão lógica com os objetivos**, de modo que os registros extraídos dos indicadores possam efetivamente informar sobre o alcance dos objetivos alinhados na rede. *Por exemplo, não há dúvida de que a disponibilização de livros paradidáticos e a oferta de merenda escolar são importantes para a oferta de uma educação de qualidade, mas, para um objetivo de alfabetização escolar, indicadores restritos a esses temas não são suficientes para informar se os estudantes da rede desenvolveram bons índices de leitura e escrita.*

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Antes de avançarmos em mais elementos para elaboração do Plano de Monitoramento, é importante nos aprofundarmos em alguns conceitos da área de Gestão da Informação.

1. Dados, informação e conhecimento

A qualidade e abundância de dados e informações são as bases para o trabalho de monitoramento com indicadores.

Uma distinção importante é a compreensão da diferença entre dado e informação, e de como podemos utilizá-los para a construção de indicadores que informem as equipes gestoras sobre seu desempenho (objetivos).

Os **dados** são elementos brutos que não têm significado inerente nem sentido quando desvinculados da realidade ou de um contexto específico. Eles podem ser classificados em:

Quantitativos: números que representam contagens ou medidas. Permitem comparabilidade. *Ex.: renda per capita, taxa de desemprego, altura, nota média em um componente.*

Qualitativos: representam atributos ou características que se definem por categorias não numéricas. Podem ser ordenados, agrupados ou contados, mas têm limites de comparabilidade. *Ex.: gênero, raça, rubricas.*

Uma **informação** é a organização de dados que revela significado e contexto e permite extrair uma solução para determinada situação.

Por exemplo, o registro de que cinco estudantes não estão frequentando determinado Itinerário Formativo não permite a tomada de conclusões sobre esse IF, pois omite o contexto. Já saber que esses cinco estudantes correspondem a 10% dos alunos do IF em uma escola, enquanto a média de transferências de IFs na rede é de 25%, possui *contexto e comparabilidade*, e informa a Secretaria sobre situações de boas práticas ou intervenção.

Nesse sentido, dados são a matéria-prima da informação. Dados sem qualidade promovem informações e decisões sem qualidade.

Já o **conhecimento** é resultado do processamento das informações por indivíduos, embutindo interpretações, que podem variar de acordo com os saberes prévios desses indivíduos. As interpretações a respeito de uma informação dependem do contexto e da diversidade de pessoas que a interpretam.

Com base no mesmo exemplo, com a taxa de 10% de transferências num determinado IF podemos descobrir quais causas e elementos contribuíram para esse resultado, mas isso depende da investigação e dos conhecimentos acumulados pelos indivíduos.

Para mais informações sobre esses conceitos e o processo de tomada de decisões, acesse o artigo “Elementos intervenientes na tomada de decisão”, Maria Terezinha Angeloni.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

1.2 Definição de indicadores

Os indicadores são métricas ou expressões numéricas que refletem características da realidade, podem ser entendidos como formas de quantificar os objetivos propostos no PLI.

Uma vez alinhados os objetivos, a equipe deve definir os indicadores que serão utilizados para medir seu desempenho, bem como metas de resultado, que servirão de parâmetro para o sucesso da implementação.

Para que os indicadores sirvam bem ao plano de monitoramento, eles devem ser:

- **relevantes:** estão conectados e refletem a realidade que os objetivos pretendem impactar;
- **confiáveis:** produzidos com qualidade e uniformidade;
- **abrangentes:** seu grau de cobertura deve atender todo o território e/ou público;
- **inteligíveis:** de fácil compreensão para todos os atores que pretendem utilizá-los para tomada de decisões;
- **periódicos:** com frequência de coleta que permita sua atualização e comparação;
- **desagregáveis:** permitem leitura segmentada de determinado período, localidade ou grupo.

Para mais informações sobre essas características de indicadores, consulte o [material da Escola Aberta do Terceiro Setor](#).

Na prática

A [Portaria federal nº 649](#), de 2018, estabelece que os Planos de Implementação do Novo Ensino Médio, deve ter uma matriz de indicadores que tenha pelo menos:

- a) N° e % de escolas com carga horária de, pelo menos, mil horas anuais;
- b) N° e % de estudantes com carga horária de, pelo menos, mil horas anuais;
- c) N° e % de escolas com pelo menos, dois IFs disponíveis para escolha das estudantes;
- d) N° e % de estudantes matriculados em escolas com pelo menos dois IFs disponíveis para sua escolha;
- e) N° e % de distribuição de matrículas de meninos e meninas nos diferentes IFs;
- f) N° e % de escolas com oferta de Itinerário Formativo Técnico-Profissional;
- g) N° e % de estudantes matriculados em cada um dos IFs ofertados pela rede;
- h) N° e % de escolas de Ensino Médio do campo, indígena e quilombola com Novo Ensino Médio implantado;
- i) N° e % de estudantes do Ensino Médio noturno, matriculados em cada um dos IFs ofertados pela rede.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Outra diferenciação relevante é a distinção entre **indicadores de resultado** e **indicadores de processo**.

Como já dissemos, os **indicadores de resultado** devem refletir o grau de sucesso alcançado em relação aos objetivos de cada etapa e do PLI, tratam do resultado final de um ciclo, mas não indicam necessariamente os fatores que contribuíram para esse resultado. Por exemplo, *as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) em determinado ano*.

Já os **indicadores de processo** são representações do desempenho de um ciclo em curso, ao longo de seu desenvolvimento, e permitem a realização de ajustes corretivos a fim de alcançar os objetivos ao final do ciclo. É importante que os indicadores de processo:

- tenham **conexão com os indicadores de resultado**;
- permitam a **desagregação**, a fim de identificar elementos específicos que não estejam de acordo com o esperado e precisam de apoio;
- tenham **regularidade de coleta e análise**, possibilitando um acompanhamento atualizado dentro de um ciclo de resultados;
- informem com **amplitude** sobre possíveis causas de sucesso ou fracasso.

A definição dos indicadores tem sempre de considerar sua **amplitude** para mensurar os mais variados fenômenos impactados pela implantação dos IFs e a **viabilidade** de coleta de dados. Podem ser utilizados vários indicadores complementares que permitam dar visibilidade a diversos elementos de uma realidade complexa, mas é importante destacar os **indicadores de resultado**, que traduzirão de maneira mais direta o êxito ou insucesso das metas pactuadas.

Na prática

A Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul (SED/MS) elaborou sua matriz de indicadores do PLI com **indicadores adicionais** àqueles propostos pela Portaria MEC nº 649/2018. Eles são:

- a) Taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono);
- b) Variação percentual do IDEB em cada escola;
- c) Percentual de escolas com INSE baixo ou muito baixo com NEM implantado;
- d) Percentual de distribuição de meninas nos IFs de Ciências da Natureza, Matemática e Tecnologias;
- e) Percentual de escolas, em municípios que têm apenas uma unidade escolar de Ensino Médio, com, pelo menos, dois IFs.

A Matriz de Indicadores do PLI da SED/MS pode ser vista na seção 6 do documento Plano de implementação do Novo Ensino Médio, da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

É importante que o Plano de Monitoramento analise com cuidado os resultados tanto dos indicadores de processo quanto dos de resultado, de modo que os pontos de intervenção e ajustes possam ser identificados ao longo de um ciclo de implantação, fazendo as correções necessárias. O êxito ou o insucesso da implantação não podem ser “surpresa”, a ser desvendada somente no final da implantação.

1.3

Definição de metas

Com a definição dos **indicadores de resultado** do monitoramento, a equipe gerencial deve definir suas **metas de implementação**, ou seja, os parâmetros de sucesso que refletem o alcance dos objetivos propostos.

Esse movimento está diretamente relacionado à **Etapa 3** deste Guia, o *Ciclo de Diagnósticos*. A definição de metas deve ser pautada na realidade da rede, em que os parâmetros de sucesso são definidos a partir da melhora de referências já conhecidas. Desse modo, quanto melhor forem realizados os diagnósticos, melhor a rede conhece as condições atuais e os desafios a serem enfrentados, e desse modo poderá estabelecer metas realistas.

Por exemplo, se a rede tem como objetivo a melhoria nos resultados de aprendizagem de determinada área do conhecimento com a implantação de um IF, é desejável uma informação diagnóstica de referência sobre a situação corrente da aprendizagem nessa área, com o intuito de projetar metas de melhoria e verificá-la no tempo. *No caso da área de conhecimento de Matemática, a rede pode*

utilizar os dados de proficiência das Provas SAEB de Matemática como parâmetro.

Caso não existam informações de diagnóstico

de um indicador, as metas propostas correm o risco de não apresentar valores alcançáveis, levando à desmotivação das equipes. Nessa situação, recomendamos que seja feito um ensaio de projeção com dados ou territórios análogos, ou realizado um período de aferição inicial para mapeamento das condições.

Na proposição de Metas e Indicadores de Resultado, sugerimos o modelo SMART (*acrônimo em inglês*), em que as metas devem ser:

- **Específicas** (*Specific*): descrevem com precisão o que deve ser alcançado, tratando da realização de objetivos específicos;
- **Mensuráveis** (*Measurable*): devem ter uma proposta de evolução mensurável de maneira objetiva, para que se possa verificar seu resultado;
- **Alcançáveis** (*Achievable*): as metas devem ser ambiciosas, porém executáveis, com possibilidade real de alcance;

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

[esp](#)[ead](#)[eja](#)[cam](#)[qui](#)[ind](#)[emti](#)[not](#)[jpl](#)

- **Realistas** (*Realistic*): juntamente com a característica anterior, o cumprimento da meta deve ser realista, sem a previsão de sacrifícios não sustentáveis ou replicáveis, que poderiam levar ao cumprimento das metas no curto prazo, mas com o comprometimento da rede numa visão de longo prazo;
- **Delimitadas no tempo** (*Time-bound*): devem ser delimitadas num espaço de tempo preciso para realização, sem que haja o risco de prolongamentos infinitos dos objetivos.

Mais informações sobre a construção de metas com esse modelo podem ser encontradas no artigo “Escreva metas Smart melhores com essas dicas e exemplos”, de Julia Martins.

Um exemplo de meta com essas características pode ser “Aumentar em 20% o número de estudantes do gênero feminino matriculadas em IFs com foco em Ciências da Natureza e suas Tecnologias até 2024”. Perceba que a factibilidade da meta pode variar de acordo com o contexto do território contemplado e o diagnóstico já realizado.

Metas de **melhorias proporcionais** podem ser uma boa solução para contextos desiguais, em que cada escola parte da sua realidade e busca a melhoria em relação a seus dados iniciais. Outro exemplo seria “Reduzir a taxa de abandono da 1ª série em 13% até o final do ano letivo”, em que escolas com taxas de abandono pequenas terão um esforço menor de melhoria do que aquelas em que os números de abandono são maiores.

Para que as metas propostas tenham maior efetividade, é importante que elas sejam de **fácil compreensão** e **comunicadas com transparência** para todos os envolvidos, de modo a conquistar o engajamento e a motivação das equipes em alcançar os objetivos. Depois de verificados os resultados, os destaques precisam receber o devido **reconhecimento**.

Na prática

O Estado de Pernambuco trabalha desde 2011 com a política pública do **Pacto pela Educação (PPE)**, que prevê a participação popular, o engajamento das equipes, a pactuação de metas, o monitoramento e a avaliação periódica dos resultados das escolas.

Baseada na gestão por resultados, essa política está pautada na sistematização transparente de construção de metas, rotinas de monitoramento, implementação de ações corretivas e reconhecimento financeiro aos profissionais que alcançaram os resultados.

Tradicionalmente, o processo de pactuação de metas envolve um evento formativo com os diretores de cada escola nas respectivas gerências regionais e a participação do governador do Estado.

Para mais informações, acesse [aqui](#).

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

1.4 Definição de índices

Em primeiro lugar, é essencial compreender a diferença entre *índice e indicador*. Indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações (individuais ou agregadas) sobre uma dada realidade. O indicador representa uma fração isolada da realidade, por isso, requer a contextualização e interpretação humana para servir de subsídio para a tomada de decisão.

O índice pretende encapsular um fenômeno de maneira mais sistêmica, considerando *diversas variáveis intervenientes* de um problema. Isso é feito pela construção de uma expressão matemática, utilizando em seu cálculo bases científicas e métodos adequados, que considere dados e até mesmo indicadores para compreensão de um sistema. Assim, **um indicador pode atuar como uma das variáveis de um índice, que propõe a junção de um conjunto de indicadores ou variáveis.**

Um exemplo familiar é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que busca representar a qualidade da educação brasileira utilizando uma expressão matemática que relaciona os índices de proficiência da prova SAEB em Língua Portuguesa e Matemática e as taxas de rendimento escolar de uma escola ou território.

Desse modo, um índice pode representar fenômenos complexos não apreensíveis por um único indicador. Para construí-lo, devem ser consideradas as variáveis desse índice e qual expressão matemática pode traduzir a relação entre elas, com a possibilidade de estabelecer pesos ponderados para cada variável.

Pontos positivos: essa estratégia permite a visualização de fenômenos complexos numa métrica simplificada, de 0 a 10, por exemplo, evitando desse modo que alguns dados sejam desconsiderados diante de um grande número de indicadores de monitoramento, e permitindo a comparabilidade de casos diversos que tenham dados do mesmo conjunto de variáveis.

Pontos de atenção: ao mesmo tempo que facilita a visualização, a utilização de índices pode comprometer a compreensão do significado da informação por todos os atores. Além de fazer referência a fenômenos complexos, considera múltiplas variáveis simultaneamente, por meio de expressões matemáticas artificiais. A identificação de problemas pode ficar condicionada à desagregação do índice. Por exemplo: uma queda no Ideb de uma escola ocorreu por causa dos dados de proficiência ou de fluxo escolar?

Mais informações sobre índices e indicadores podem ser encontradas no artigo científico “Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países”, de Raúl Siche *et al.*

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

1.5 Definição de métodos e instrumentos de monitoramento

Após a definição de indicadores e metas (o que monitorar?), a próxima etapa é definir quais estratégias, métodos e instrumentos de monitoramento serão utilizados (como monitorar?).

Essa definição parte de um diagnóstico da rede que considere:

- qualidade dos sistemas de banco de dados;
- adaptabilidade dos sistemas de banco de dados;
- familiaridade dos servidores locais com a utilização de tecnologias;
- disponibilidade de recursos financeiros para ações de monitoramento;
- disponibilidade de recursos materiais e humanos para ações de coleta de dados;
- disponibilidade de recursos materiais e humanos para ações de análise e tratamento de dados;
- custos e investimentos exigidos por cada método;
- especificidades da rede que exijam estratégias de monitoramento locais.

Com esse diagnóstico realizado, a rede poderá considerar suas necessidades de monitoramento e suas capacidades de adequação, buscando encontrar soluções na intersecção entre o **desejável** (ideal) e o **possível** (viável).

Quanto às estratégias de monitoramento, elas podem ser compreendidas em um espectro que tem, em um de seus polos, o tratamento de informações sistematizadas em um banco de dados central da rede e, em outro, visitas *in loco* para observação das comunidades. Ao longo desse espectro, as estratégias variam em:

- nível de complexidade das informações disponíveis;
- grau de cobertura de territórios e grupos;
- custos materiais e imateriais para aplicação em larga escala;
- comparabilidade das informações extraídas;
- diversidade de atores e fontes de informação.

As principais estratégias de monitoramento são:

- **Base de dados central** – Corresponde ao conjunto de informações alimentadas pelas escolas por meio de sistema eletrônico e consolidadas na sede da rede estadual. O acesso a essas informações, em geral, é facilitado para as equipes centrais, mas a necessidade de ajustes para o contexto do Novo Ensino Médio pode implicar custos altos e tempo de adaptação dos sistemas. Possui ampla abrangência e grau de confiabilidade, uma vez que a coleta de informações é sistematizada, mas devido a seu grau de padronização pode não contemplar informações específicas de contexto, que requerem a utilização de outras estratégias. *Ex.: taxa de matrícula por turma por escola.*

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

- **Planilhas de acompanhamento** – De maneira semelhante à base de dados, coletam informações a distância em escolas ou órgãos regionais, que não constam em um sistema central. Por isso, têm maior grau de adaptabilidade a necessidades pontuais de contexto, mas perdem confiabilidade, uma vez que não há garantia de padronização no tratamento dos dados por parte das escolas/órgãos regionais. *Ex.: lista de estudantes com ingresso no Ensino Superior por escola.*
- **Questionários** – Representam outra forma de coleta de informações das escolas, mas com tratamento dos dados, podendo ser realizado pela equipe central. Permitem a aferição de temas específicos de interesse por meio de um conjunto de perguntas fixo ou personalizável para cada segmento. Podem ser aplicados por meio digital, impresso ou presencial, com abrangência censitária ou amostral. *Ex.: pesquisas de satisfação de estudantes sobre a oferta de Itinerários Formativos.*
- **Visitas de monitoramento** – Representam visitas periódicas realizadas pela equipe central ou regional às escolas a fim de monitorar elementos específicos predefinidos. Permitem o alinhamento de informações com as escolas e a proposição de medidas de intervenção. A formação dos servidores que farão as visitas deve ser motivo de atenção para garantir a uniformidade dos elementos monitorados. *Ex.: visitas de inspeção escolar.*
- **Grupos focais** – Representam um formato de monitoramento menos padronizado e mais investigativo, que tem uma pauta semiestruturada, mas busca entender contextos específicos de determinados públicos. Permitem a visualização de aspectos não antecipados pelas equipes centrais, motivados por demandas locais. *Ex.: grupos focais com professores sobre dificuldades da formação para o NEM.*
- **Entrevistas individuais** – Essa estratégia de monitoramento tem grande dificuldade de ser aplicada de maneira escalar na rede, dado o seu grau de complexidade e o tempo de aplicação. Envolve a seleção estratégica de um grupo de entrevistados a fim de revelar percepções ou fenômenos de maneira individual ou representativa. A coleta de informações tem limites de comparabilidade e consolidação, e o processo de entrevista exige uma capacitação prévia dos entrevistadores para garantir a coleta de informações pertinentes. *Ex.: entrevistas com gestores sobre boas práticas na implementação de IFs.*
- **Observação participante** – É um método de coleta de informações de aspecto mais qualitativo e exige um processo prolongado de imersão a fim de perceber elementos implícitos ou não declarados dentro do grupo observado. Envolve um processo de investigação ativo e não interveniente e requer a capacitação específica de servidores. Possui alto grau de subjetividade no produto das observações e não permite comparabilidade, ou tem comparabilidade muito limitada. *Ex.: observação do processo educacional de estudantes em situação de privação de liberdade.*

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Essas estratégias não esgotam as possibilidades de coleta de dados e trabalham de maneira complementar umas às outras. O ideal é que os indicadores de resultado sejam todos organizados e sistematizados na **base de dados central**, o que melhora o tempo e os custos de coleta dessas informações.

Essas estratégias também podem servir para a realização de uma investigação local a fim de identificar causas de êxito ou impasse em um grupo de escolas após a verificação de determinado fenômeno por meio do monitoramento centralizado. Nesses casos, as estratégias que preveem uma investigação qualitativa podem revelar informações não perceptíveis no monitoramento central.

Na prática

A Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe faz a aplicação de **questionários com estudantes e comunidade** na modalidade EMII sobre suas impressões e grau de satisfação com o modelo pedagógico e elementos específicos das escolas.

Esses questionários são aplicados de forma digital, por meio da plataforma Google Formulários, e dependem do **acesso** e da **familiaridade** dos respondentes a essas ferramentas digitais, bem como da **divulgação** dos questionários para esses públicos.

Para isso, o engajamento das equipes escolares é essencial, e uma estratégia utilizada é a apresentação dos resultados das pesquisas para cada escola por meio de relatório para utilização em PDCA próprio.

Um exemplo é a divulgação do relatório sobre a **pesquisa com estudantes das 3ª séries** EMII, em 2021.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Formas de aplicação das estratégias

Outra variável relevante para a definição das estratégias de monitoramento é sua forma de aplicação. Como apresentado anteriormente, algumas estratégias podem ser exclusivamente utilizadas a distância, enquanto outras são exclusivamente presenciais. Na construção dos instrumentos de monitoramento, é válido considerar os pontos positivos e negativos de cada formato de aplicação.

Formato de Aplicação	Pontos Positivos	Pontos Negativos	Exemplos
On-line	<ul style="list-style-type: none">• Não tem custos de logística;• Permite aplicação simultânea em diversas unidades;• Facilita a consolidação das informações ;• Facilita a padronização e comparabilidade.	<ul style="list-style-type: none">• Depende da disponibilidade de equipamentos e da maturidade tecnológica dos participantes;• Não permite a identificação de elementos extraordinários.	<ul style="list-style-type: none">• Base de dados;• Plataforma EAD;• Formulários digitais;• Videoconferência.
Impresso	<ul style="list-style-type: none">• Facilita a padronização e comparabilidade;• Permite a aplicação simultânea na escola independentemente da disponibilidade de equipamentos de informática.	<ul style="list-style-type: none">• Consolidação dos dados depende do envio e/ou da digitalização das impressões;• Não permite a identificação de elementos extraordinários;• Tem custos materiais de aplicação aumentados em escala.	<ul style="list-style-type: none">• Questionários impressos.
Presencial	<ul style="list-style-type: none">• Permite a visualização e o tratamento de elementos específicos não previstos;• Supera dificuldades de utilização de equipamentos tecnológicos.	<ul style="list-style-type: none">• Depende da disponibilidade e da formação de pessoal;• Dificulta a padronização e a comparabilidade;• Implica custos de logística de deslocamento.	<ul style="list-style-type: none">• Visitas <i>in loco</i>.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

1.6 Alinhamento de conceitos e definição de responsáveis, frequências e consolidação de dados

Após a definição dos métodos e instrumentos de monitoramento, as equipes envolvidas nas ações de nivelamento precisam estar alinhadas em relação aos conceitos definidos.

É importante garantir que:

- os **objetivos gerais e específicos** estejam evidentes para todos;
- os objetivos gerais e específicos tenham sido **traduzidos em indicadores de resultado**;
- todos os **indicadores de resultado e metas** sejam conhecidos e pactuados;
- tenham sido definidos **indicadores de processo** que apoiem o monitoramento e orientem quanto ao alcance das metas ao longo do desenvolvimento;
- todos tenham compreendido bem as **estratégias**, os **instrumentos** e as **formas de cálculo** de índices ou indicadores;
- seja definida uma **governança de validação dos instrumentos** de monitoramento construídos e eventuais modificações;

- seja definido um **cronograma de coleta, análise de dados e tomada de decisões**, bem como a **governança** desses processos.

Esse alinhamento é importante para validar as propostas de indicadores a serem monitorados com todos os atores envolvidos nesse processo, tanto os operadores que alimentam os dados, quanto os gestores que analisam as informações e tomam decisões.

Essa validação permitirá que a rede garanta a viabilidade do monitoramento e a uniformização das formas de coleta, tratamento e análise das informações.

*Um Plano de Monitoramento com **escassez de indicadores** tem o risco de não considerar informações relevantes sobre o desenvolvimento e o impacto da implementação dos IFs.*

*Um Plano de Monitoramento com **excesso de indicadores** torna o seu cumprimento mais custoso e burocrático, fazendo com que sua aplicação seja confusa, desnecessária ou impraticável.*

É recomendável que essas informações estejam presentes na matriz de indicadores do PLI e sejam compartilhadas com todos os atores relevantes no processo.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Na prática

A Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe elaborou em 2019 um **Manual de indicadores: Ensino Médio em tempo integral**, utilizado no Plano de Ação da modalidade EMII e distribuiu esse material entre as equipes escolares do programa.

Essa iniciativa visava garantir a uniformização do tratamento dos dados pelas escolas, uma vez que a forma de coleta se dava por preenchimento de planilha de monitoramento.

O material apresentava os indicadores, formas de

desagregação e de cálculo com exemplos e expressões matemáticas, considerando a diversidade de públicos e os conhecimentos presentes nas unidades escolares.

A iniciativa também buscava capacitar as equipes sobre como utilizar esses indicadores no processo de acompanhamento e tomada de decisões para gestão de resultados na escola.

Esse tipo de material pode ser construído e distribuído para escolas de todos os tipos de oferta e modalidade.

Após esse alinhamento, as equipes devem distribuir e validar as responsabilidades de coleta, tratamento e análise das informações. Para essa etapa, é essencial que participem dessa validação:

- o comitê de Governança para o Novo Ensino Médio;
- a equipe de gestores e técnicos de implantação;
- a equipe de gestores e técnicos de tecnologia de informação;
- a equipe de gestores e técnicos dos órgãos regionais;
- a equipe de gestores e técnicos pedagógicos ligados aos IFs;
- equipes de gestores e técnicos de qualquer setor envolvido na análise das informações coletadas pelos indicadores.

Essas equipes devem discutir e alinhar como se dará a **rotina de coleta e tratamento** de dados, definindo os responsáveis com base nos métodos validados. Além disso, devem construir um calendário para essas ações. A frequência e o calendário de monitoramento devem ser definidos considerando:

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

- o calendário escolar do ano vigente;
- o calendário de implementação de etapas específicas do PLI, como o calendário de formações, por exemplo;
- o tempo necessário para produção de dados e suas atualizações, por exemplo, fechamento de bimestres letivos;
- o tempo necessário para análise das informações e implantação de intervenções;
- especificidades de calendário ou temporalidade de ofertas ou modalidades específicas, por exemplo, escolas indígenas ou educação em regime de medidas socioeducativas.

É recomendável que os indicadores de processo tenham pelo menos uma iteração de monitoramento, para que ela informe sobre o desempenho do seu objeto e possibilite desenvolver ações de correção.

É recomendável que as equipes reflitam sobre indicadores com informações mais sensíveis e proponham que eles sejam atualizados com **maior recorrência**.

Por fim, é importante também definir um fluxo de informações para tratamento, análise e intervenções, estabelecendo protocolos objetivos sobre:

- quem são as equipes responsáveis pelo tratamento dos dados, de acordo com as estratégias definidas;
- quem deve realizar a análise e interpretação das informações, produzindo relatórios e mapeando situações críticas e potenciais boas práticas;
- o tempo previsto para realização para cada uma dessas etapas;
- a estrutura de governança para discussão, tomada de decisões e implementação de ajustes.

Definição da governança

A definição da governança para intervenções e ajustes pode ocorrer a) *de forma centralizada por uma equipe gerencial*; b) *com as equipes centrais, mas de modo difuso, considerando as temáticas específicas de cada monitoramento e suas equipes especializadas*; c) *com os órgãos regionais, considerando situações de unidades localizadas*; d) *com as equipes locais das escolas*.

As propostas de **governança centralizada** fazem mais sentido para discussão dos resultados gerais dos objetivos da implementação, de entraves difusos identificados para a implementação, ou da realização de ajustes nos planejamentos de implementação ou monitoramento.

As propostas de **governança regionais ou locais** têm o potencial de resolver situações de entraves localizados, específicos de uma unidade ou de um grupo de escolas, mas que não requerem necessariamente revisão do planejamento geral da rede. Caso os problemas não sejam tratados, as equipes centrais podem ser chamadas para apoiar as unidades com dificuldades.

Essa estrutura de governança local pode se utilizar de **situações de sucesso** identificadas nos órgãos regionais para apoio de escolas que enfrentem dificuldades e **trocas de experiências** que promovam a superação de obstáculos.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Na prática

A organização em ciclos é uma possibilidade de estruturação do processo de monitoramento e avaliação da implementação, em especial quanto aos seus indicadores de resultado.

A Secretária de Estado de Educação do Espírito Santo (SEDU/ES) organizou as ações de seu **PLI** em “ciclos anuais”, de 2019 (Ciclo 1) a 2024 (Ciclo 6). Essas ações foram organizadas seguindo etapas que propõem um desenvolvimento lógico, de acordo com o número de escolas a receberem a implantação do NEM a cada ano, bem como a maturidade dos processos em cada escola.

No caso das ações de monitoramento, a cada ciclo é definida uma pauta específica a ser monitorada e discutida, com a previsão de momentos de avaliação da implementação e ajustes, em 2022, com a conclusão do primeiro ciclo de implementação nas unidades-piloto, e em 2024, com a conclusão do primeiro ciclo de implementação nas demais unidades.

2. Coleta de dados e informações

O processo de coleta de dados e informações representa a **execução do plano de monitoramento** elaborado. É com essa execução que a equipe perceberá se os elementos planejados foram *suficientes* para o monitoramento ou se é necessário promover *ajustes de melhorias*.

Para essa etapa, é necessário fazer as seguintes questões:

- Os elementos planejados estão sendo realizados? São viáveis? São abrangentes? Estão conectados com a implantação real?
- Todos os agentes do monitoramento têm boa compreensão dos conceitos alinhados na elaboração do plano, em especial sobre a coleta de dados e informações?
- Os instrumentos de coleta de dados foram validados pela estrutura de governança planejada?
- A estrutura de governança proposta para coleta, análise e intervenção continua a mesma, e todos têm conhecimento sobre suas responsabilidades?

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Caso a resposta para qualquer uma dessas questões seja **NÃO**, é recomendado que a equipe volte para a etapa específica do planejamento e faça as correções necessárias.

Quanto ao alinhamento de conceitos, é recomendado que seja feita uma reunião formativa de alinhamento com os servidores que realizarão qualquer tipo de coleta. A comunicação sobre esse processo, que pode ser delicado para as equipes escolares, deve ser feita numa perspectiva de **apoio na superação de problemas** e não de cobrança ou auditoria.

É importante também garantir que os servidores compreendam que os números colhidos no monitoramento são um **reflexo da realidade das escolas** e produto do trabalho das comunidades escolares e da rede. É preciso evitar ranqueamentos abstratos sem lastro com o “chão da escola”.

Recomendamos a produção de um **documento orientador**, uma pauta longa, sobre a rotina de coleta de dados e a comunicação com as equipes escolares, especialmente para padronização das visitas presenciais de monitoramento, de acordo com seus objetivos específicos.

3.

Análise de dados, mapeamento de êxitos e situações críticas

Com a realização da coleta bem-sucedida, cabe às equipes responsáveis tratar e analisar as informações, a fim de **construir significados** tendo em vista os dados coletados.

Como discutido nas seções anteriores, a produção de significados depende do **contexto** no qual os dados estão inseridos. Portanto, é relevante considerar os dados coletados em contraste com o diagnóstico inicial e com outros indicadores produzidos sobre essa realidade, de modo a inferir uma relação de causa e efeito nessa mudança.

Alertamos que a **correlação** de dados não significa **causalidade**. Ou seja, o fato de dois registros acontecerem ao mesmo tempo não pressupõe que um deles é o causador do outro. O fato de uma escola começar a ofertar mais legumes na merenda escolar não está necessariamente conectado a uma queda na aprendizagem em Matemática, ainda que os dois fenômenos ocorram no mesmo período. Isso pode estar relacionado a um fator causal externo ainda não identificado, como uma onda de calor que diminui a concentração dos estudantes.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Para o estabelecimento de uma relação de causalidade, é importante verificar se há **sentido lógico** nessa associação de fenômenos e se essa relação pode ser **verificada** em outras realidades de *contextos comparáveis*. Esse movimento de **comprovação de hipóteses** em situações análogas permite que as interpretações sobre os dados estejam mais conectadas com a realidade vivenciada.

Você pode encontrar mais elaborações sobre **correlação e causalidade**, no artigo [“Qual a diferença entre correlação e causalidade?”](#), de Marcelo Pena.

A discussão dos fenômenos observados com variados atores de posições diferentes pode evidenciar pontos de vistas não considerados inicialmente. Desse modo, o **processo de debate dos dados e escuta dos atores é muito importante para a tomada de conclusões**.

De igual maneira, checar se as hipóteses causais podem ser verificadas em situações de contexto similar. Por exemplo, num caso de aumento da infrequência em determinada escola, uma situação de crise econômica pode não ser a única variável relevante, caso se perceba que outra escola vizinha, de vulnerabilidade social semelhante, não teve esse

aumento de infrequência no período. Pode haver uma *causa subjacente* a ser tratada.

Partindo desse exemplo, uma atividade importante da análise de dados é o **mapeamento de situações críticas**, que requerem apoio ou intervenção dos agentes da rede, ou **de êxito**, com experiências de boas práticas que podem ser replicadas para outras unidades.

Recomendamos que as equipes analisem os dados identificando **situações prioritárias**, que requerem investigação de entraves e pontos de apoio mais urgentes, para atuação imediata. Estabelecer prioridades a partir do monitoramento permite **utilizar estrategicamente os recursos limitados** da rede e **promover equidade** com a identificação de diferenças.

Não faz sentido dedicar o mesmo grau de atenção e recursos para uma escola que enfrenta dificuldades e para outra que tem conseguido atingir seus objetivos.

Após a definição de **situações prioritárias**, esses casos devem ser levados para a **estrutura de governança** definida para o **planejamento de intervenções**, de modo a garantir um maior apoio e a superação dessas dificuldades nos ciclos de

monitoramento subsequentes. Caso a **situação crítica persista** por vários ciclos, requer uma atenção maior sobre as causas do problema e possíveis soluções inovadoras ainda não consideradas pela equipe de apoio. Esse é um exemplo da utilização relevante dos indicadores de processo para o monitoramento.

Outra ação importante é identificar unidades que podem promover **boas práticas replicáveis**. Nas escolas que têm conseguido alcançar seus objetivos com destaque ou superando expectativas, a equipe de implantação deve buscar entender o contexto, as inovações desenvolvidas e as condições nas quais elas foram realizadas, a fim de verificar se essas inovações são **sustentáveis** e podem ser **replicadas nas outras unidades da rede**.

O **reconhecimento dos casos de sucesso** nos objetivos é uma prática muito bem-vista, que motiva as equipes escolares e as inspira na busca pela inovação e superação dos seus resultados. É importante, todavia, considerar o contexto do desenvolvimento das boas práticas de modo que ele não seja reproduzido de maneira automática, desconsiderando especificidades de outras unidades, que podem inviabilizar sua implantação ou ter efeitos adversos.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Por exemplo, o desenvolvimento de atividades de visita a instalações culturais urbanas no contraturno pode não ser replicável em unidades de oferta de Ensino Médio noturno ou em unidades sem acesso a tais instalações, como escolas de educação do campo, das águas e das florestas. Nesses casos, essas práticas precisam passar por um processo de adaptação, que pode envolver modalidades de interação EAD.

Os movimentos de discussão, mapeamento de problemas e boas práticas e definição de ações representam o coração do monitoramento. A fim de promover o alcance dos objetivos com maior segurança e potencial de replicação, o monitoramento deve ser **processual e contínuo** ao longo da implantação dos IFs, com ações de mitigação de problemas e impulsionamento de boas práticas ocorrendo pelo menos *semestralmente*.

4.

Replanejamento dos processos e divulgação dos resultados

Com a conclusão dos ciclos de implementação e a coleta de dados sobre os indicadores de resultado, é possível promover uma reflexão sobre os impactos e resultados da implementação dos IFs em relação aos objetivos definidos.

Essa **avaliação** dá subsídio para verificar se:

- os resultados esperados foram alcançados;
- os objetivos definidos para os IFs têm relação com as ações propostas e os resultados;
- as ações planejadas foram cumpridas satisfatoriamente;
- as ações planejadas foram suficientes para alcançar os objetivos;
- é possível perceber efeitos inesperados (positivos ou negativos) com a implementação dos IFs.

Essas respostas devem informar o processo de **revisão** dos IFs na construção de uma nova etapa de planejamento, considerando os aprendizados, os ajustes, os êxitos e os insucessos percebidos nesse ciclo.

Recomendamos que, já na primeira etapa de planejamento e avaliação, a rede preveja um **ciclo de revisão periódica dos IFs**, de modo a garantir seu processo de aprimoramento e atualização. Os IFs com bons resultados hoje podem não atender às necessidades dos estudantes dentro de dez anos se não for feita uma revisão.

Dessa maneira, o processo de monitoramento, avaliação e revisão compõe a **etapa de diagnóstico** e planejamento de ciclos de novas implantações de IFs. E quanto mais qualidade tiverem as informações e conhecimentos processados, melhor será o produto desses diagnósticos.

Outro ponto de destaque é a discussão sobre a **divulgação dos resultados** para as unidades escolares e comunidades. É importante que as equipes de monitoramento entendam esses atores não como *objetos de monitoramento*, mas como *sujeitos* desses processos. Dessa maneira, a comunicação transparente sobre as etapas de monitoramento, metas e os resultados encontrados é de grande relevância para esses atores.

É esperado que eles também **participem** do

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

processo de avaliação e revisão da implementação do Novo Ensino Médio e, especificamente, dos Itinerários Formativos. E que ao longo dos anos, tenham cada vez mais apropriação para realizar autonomamente a **revisão de construção de novos IFs**. A sua inclusão nessa discussão é um movimento de **gestão participativa** e de **produção de conhecimento** para cada comunidade escolar.

Recomendamos então que as unidades escolares recebam **relatórios de devolutiva** das Secretarias ou Regionais sobre o processo de monitoramento e avaliação e compartilhem com todos de suas comunidades.

5. Sugestões de indicadores para monitoramento de Itinerários Formativos

Como discutido na seção 1 desta etapa do Guia, a definição dos **Indicadores de Monitoramento** deve estar conectada com os objetivos propostos para a construção dos IFs e para o Plano de Implementação em geral. Desse modo, não é possível construir uma fórmula pronta de indicadores adequados para todas as realidades. Mas apresentamos a seguir um conjunto de indicadores que podem servir de instrumento para jogar luz sobre questões de relevância na implementação dos IFs.

Essas sugestões estão estruturadas em quatro grupos temáticos: *acesso, permanência, qualidade e satisfação*, considerando os principais públicos impactados por essa implementação (estudantes e professores). Cada equipe pode analisar as propostas e identificar quais indicadores atendem às suas necessidades específicas de monitoramento.

Cada um desses indicadores pode ser desagregado para análises por território, modalidade e tipo de oferta, perfil social, tipo de escola e de IF.

INDICADORES DE ACESSO

a. Estudantes

- Percentual de estudantes que conseguiram acessar seu IF de escolha preferencial (ou percentual de estudantes que não conseguiram acessar nenhuma de suas duas preferências iniciais de IF);
- Percentual de estudantes que cursam seu IF de Aprofundamento em unidade diferente daquela em que está originalmente matriculado, por tipo de IF;
- Distribuição das matrículas por perfis socioeconômicos por IF, a fim de verificar ações de promoção da equidade nos IFs;
- Média – e distribuição em faixas segmentadas – da distância entre as unidades escolares em que os estudantes cursam o NEM, entre aqueles que desenvolvem suas atividades em mais de uma unidade.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

b. Professores

- Percentual de professores que já iniciaram a formação sobre a oferta de IFs;
- Percentual médio da carga horária dos professores dedicada ao trabalho em IFs;
- Percentual de professores que se sentem preparados para atuar em IF após a conclusão das formações;
- Percentual de vacâncias de professores por IF.

INDICADORES DE PERMANÊNCIA

a. Estudantes

- Taxa de transferência de estudantes por IF e por escola;
- Taxa de infrequência e abandono dos estudantes por IF.

b. Professores

- Percentual de professores relatados de suas unidades com a implementação de novos IFs;
- Percentual de professores que concluíram formação sobre a oferta de IFs;
- Percentual de professores que pretendem continuar ofertando o mesmo IF no próximo ano.

INDICADORES DE QUALIDADE

a. Estudantes

- Percentual de estudantes com aprendizagem adequada nos componentes da(s) área(s) do conhecimento presente(s) em seu IF, de acordo com os parâmetros estabelecidos no PPP da escola ou nas normativas da rede;
- Percentual de estudantes com bom desempenho em comparação com as avaliações diagnósticas iniciais, indicando se os IFs apoiam a recomposição de aprendizagens.

b. Professores

- Percentual de professores com índice de avaliação bom ou excelente pelos estudantes no desenvolvimento dos IFs;
- Tempo médio de vacância de professores por IF no ano.

INDICADORES DE SATISFAÇÃO

a. Estudantes

- Percentual de satisfação dos estudantes com o IF (ao longo do processo e com sua conclusão);
- Percentual de estudantes que pretendem seguir atuando profissionalmente ou em cursos subsequentes na área de seu IF.

b. Professores

- Percentual de professores que avaliam positivamente as formações a que tiveram acesso;
- Percentual de professores que avaliam positivamente os materiais de orientação sobre os IFs;
- Percentual de professores que avaliam positivamente as ementas e a estruturação pedagógica dos IFs.

De olho na equidade

Como diz o professor Peter Drucker, “o que não pode ser medido, não pode ser melhorado”. Assim, para que as redes estaduais possam atuar para melhorar a qualidade de suas políticas públicas com equidade, é de suma importância que os efeitos da implementação dos IFs, considerando as diversas modalidades e ofertas específicas de Ensino Médio, sejam monitorados e medidos.

Como esclarecemos na seção 1 desta etapa do Guia, os esforços de monitoramento envolvem a organização de dados para a elaboração de informações com sentido e significado, e a sistematização dessas informações produz conhecimento sobre realidades específicas.

Em resumo, é por meio do monitoramento que podemos produzir (e ampliar) conhecimento sobre as realidades de modalidades e ofertas específicas de educação, visualizar seus desafios e buscar soluções para suas circunstâncias singulares.

A característica de *desagregabilidade* dos indicadores é um elemento-chave para esse olhar especial de equidade, pois permite que os indicadores sirvam como ferramentas que revelam informações sobre escolas, professores e estudantes de ofertas e modalidades específicas.

Para isso, é importante que as bases de dados que agregam essas informações consigam identificar essas especificidades. Entretanto, **esse desafio é mais complexo do que se imagina.**

Dados de estudo de 2018 da UNICEF/FLACSO revelam que, das 2.460 escolas localizadas em comunidades quilombolas no Brasil, apenas 97 (4%) ofertam Ensino Médio. Esse dado pode levar a duas hipóteses não excludentes: de que os estudantes quilombolas abandonam os estudos e não cursam o Ensino Médio ou que boa parte dos jovens que iniciaram seus estudos em escolas localizadas em comunidades quilombolas passa a estudar em unidades escolares não quilombolas

durante o Ensino Médio, tendo suas especificidades educacionais desconsideradas. Esse cenário também se aplica aos contextos da educação indígena e educação do campo, das águas e das florestas.

Desse modo, para que o monitoramento considere essas populações para a construção dos catálogos de IFs, a identificação de escolas com modalidades específicas não é suficiente, sendo necessária também a **identificação dos estudantes originários dessas comunidades** que cursam o Ensino Médio em outras instituições.

Da mesma maneira, pode ser levantada a questão da **sobreposição de necessidades e tipos de oferta**, ou seja, como estudantes originários de modalidades de educação especializadas são considerados em contextos como a educação especial, a EJA, o ensino noturno, o EMTI, a EAD e a educação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

As informações reveladas pelas bases de dados devem servir de subsídio para os processos de diagnóstico e planejamento de todas as etapas da implementação dos IFs.

Outra discussão importante diz respeito à elaboração de objetivos específicos nos IFs construídos para essas modalidades. Esses objetivos não podem ser os mesmos de qualquer outra oferta e recomendamos a construção de indicadores que verifiquem se os **objetivos específicos dessas propostas pedagógicas** estão sendo alcançados.

Ao mesmo tempo, alguns objetivos devem ser considerados em qualquer tipo de oferta, pois estão diretamente ligados ao mundo do trabalho, que é amplo e traz especificidades dos contextos produtivos e das possibilidades de cada território, comunidade ou escola especializada. Para isso, os professores precisam estar preparados para mediar discussões para a construção coletiva.

É necessário ficar atento para situações de **transferências de estudantes entre unidades de modalidades ou ofertas distintas**, checando se há viabilidade de oferta e continuidade de um mesmo IF. Esse movimento pode indicar migrações de matrículas para escolas urbanas de modalidade não específica, ou o ingresso ou a saída de jovens no regime de cumprimento de medidas socioeducativas em situação de privação de liberdade.

O alto grau de envolvimento das comunidades locais com as escolas de modalidades específicas incentiva o desenvolvimento de **processos de escuta, participação e acompanhamento** – por entrevistas, grupos focais e observação participante – com estudantes, professores e membros dessas comunidades.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação especial

O monitoramento com foco na educação especial exige pensar que sua oferta não se dá numa escola específica, apartada dos demais estudantes. Ela está inserida como oferta conjugada e tem variados requerimentos, de acordo com as necessidades dos estudantes atendidos.

Por isso, é importante que existam indicadores que apontem os tipos de necessidades especiais, bem como a formação que os professores daquela unidade receberam para o trabalho com esse grupo de estudantes.

Nesse tipo específico de oferta, as perspectivas de professores, estudantes e familiares envolvidos no desenvolvimento dos IFs devem ser consideradas (podem ser organizados grupos focais ou entrevistas).

Alguns indicadores relevantes para o monitoramento:

- Número de matrículas e tipos de necessidades específicas por escola e município;
- % de atendimento pleno das necessidades específicas dos estudantes matriculados, com oferta de profissionais especializados e materiais de apoio;
- % de professores formados em temas de educação inclusiva, por escola com estudantes com necessidade especiais, e em toda a rede;
- % de escolas adaptadas para acesso de estudantes, por município;
- número de escolas recebendo matrículas de estudantes com necessidades especiais, por tipo de necessidade, por município;
- número de estudantes com necessidade especiais matriculados por IF;
- número de IFs com adaptações de educação inclusiva, com a utilização de DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem), por exemplo.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação a distância

A oferta da educação à distância possui um conjunto de vantagens e desafios para implementação e monitoramento. A utilização de tecnologias de aprendizagem digitais permite a coleta de informações de acesso, permanência e verificação da aprendizagem num grau bastante sofisticado.

Entretanto, a disponibilidade da utilização dessas mesmas tecnologias representa o principal desafio para a implementação da EAD em todas as escolas. Já na etapa de planejamento da oferta, é necessário realizar um diagnóstico da infraestrutura disponível nas escolas e nas casas dos estudantes.

Quanto à oferta de IFs, é importante que o monitoramento se debruce sobre a adaptação de estudantes e professores a esse tipo de ensino, se os professores estão formados e apropriados de seu papel, e se a EAD é utilizada também como espaço de autoria dos estudantes e não somente de entrega de conteúdo. Para essas reflexões, podem ser desenvolvidas estratégias de grupos focais que identifiquem necessidades de melhoria e apoio na utilização das ferramentas de EAD.

Alguns indicadores relevantes para o monitoramento:

- número de estudantes matriculados em IFs de oferta EAD, com segmentação por tipos de perfil social e variações nas matrículas ao longo do tempo;
- taxas de transferência nos IFs EAD, permitindo averiguar o desengajamento de grupos sociais específicos;
- % de professores formados para a oferta de IFs EAD;
- número de escolas com equipamentos e acesso à internet de qualidade compatíveis com as ferramentas de EAD, com segmentação para os grupos de escolas com INSE baixo e muito baixo;
- variações nos perfis sociais ao longo do desenvolvimento do IFs EAD e na aprendizagem, que permitam verificar se os IFs atuam como promotores de equidade.

Educação de jovens e adultos

A discussão sobre a implementação e o monitoramento dos IFs na EJA envolve o reconhecimento do perfil específico de estudantes dessa modalidade de ensino, no que tange a seu perfil de distorção idade-série, carga horária escolar e de trabalho e persistência de defasagens de aprendizagem.

Nesse sentido, recomendamos verificar se a oferta de IFs consegue efetivamente engajar os estudantes da EJA, se foi realizada adaptação do catálogo para a EJA e se as adaptações dialogam com os interesses dos jovens e adultos.

É importante também entender como a carga horária da matriz está sendo desenvolvida e se é perceptível um aumento de aprendizagem e de frequência dos estudantes nos IFs.

Por fim, vale a pena refletir se os IFs desenvolvem estratégias de superação da disparidade de distorção idade-série dos estudantes e seus desafios de aprendizagem. Além disso, verificar como a oferta de IFs de EPT tem se desenvolvido nessa modalidade.

Alguns indicadores relevantes para o monitoramento:

- taxas de infrequência e evasão das turmas;
- oferta e matrículas nos IFs de EPT.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação do campo, das águas e das florestas

Quanto à implementação e o monitoramento de IFs para modalidades e populações específicas, os principais olhares dizem respeito às condições das unidades escolares, a distribuição dos estudantes nas escolas da rede e a formação de professores para atuação nesses modelos de educação.

Recomendamos verificar se os objetivos do PLI estão alinhados às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, e considerar essas diretrizes na construção de indicadores de monitoramento específicos para essa modalidade.

É importante entender também se os IFs foram adaptados ou construídos tendo em conta as especificidades da educação do campo, das águas e das florestas e, com isso, considerar o grau de satisfação dos estudantes e da comunidade com a oferta, as condições materiais e de infraestrutura nas escolas e a disponibilidade e formação de professores para o desenvolvimento dos IFs a essa população específica.

Alguns indicadores relevantes para o monitoramento:

- número e % de escolas de Ensino Médio em comunidades/territórios do campo, das águas e da floresta;
- número e % de escolas de Ensino Médio que recebem estudantes de comunidades/territórios do campo, das águas e da floresta;
- número e % de escolas cujos professores têm formação específica nas licenciaturas de educação do campo (PRONERA) ou alguma pós-graduação (especialização ou mestrado);
- número e % de redes e de escolas com Aprofundamentos Curriculares, Projeto de vida e Disciplinas Eletivas relacionadas à educação do campo ou às comunidades/territórios do campo, das águas e da floresta;
- número e % de escolas do campo (nas comunidades camponesas ou que recebem estudantes do campo, das águas e da floresta) que têm conexão com a internet, acesso às tecnologias digitais ou às políticas de inclusão digital no território.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação quilombola

Quanto à implementação e o monitoramento de IFs para modalidades e populações específicas, os principais olhares dizem respeito às condições das unidades escolares, a distribuição dos estudantes nas escolas da rede e a formação de professores para atuação nesses modelos de educação.

Recomendamos verificar se os objetivos do PLI estão alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, e considerar essas diretrizes na construção de indicadores de monitoramento específicos para essa modalidade.

É importante entender também se os IFs foram adaptados ou construídos tendo em conta as especificidades da educação quilombola e, com isso, considerar o grau de satisfação dos estudantes e da comunidade com a oferta dos IFs, das condições materiais e de infraestrutura nas escolas e a disponibilidade e formação de professores para o desenvolvimento dos IFs para a essa população específica.

O diálogo com membros da comunidade, em especial do movimento quilombola ligado à pauta da educação quilombola é determinante para verificar a adesão da proposta pedagógica ao contexto da comunidade. A proposta pedagógica deve contemplar o histórico de lutas e conquistas vivenciado pela comunidade, valorizando seu engajamento.

Alguns indicadores relevantes para o monitoramento:

- número e % de escolas de Ensino Médio em comunidades/territórios quilombolas;
- número e % de escolas de Ensino Médio que recebem estudantes de comunidades/territórios quilombolas;
- número e % de escolas cujos professores têm formação específica sobre educação quilombola ou alguma pós-graduação (especialização ou mestrado);

- número e % de redes e de escolas com Aprofundamentos Curriculares, Projeto de vida e Disciplinas Eletivas relacionadas à educação quilombola;
- número e % de escolas quilombolas (nas comunidades quilombolas ou que recebem estudantes dessas comunidades) que têm conexão com a internet, acesso às tecnologias digitais ou às políticas de inclusão digital no território.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação indígena

Quanto à implementação e o monitoramento de IFs para modalidades e populações específicas, os principais olhares dizem respeito às condições das unidades escolares, a distribuição dos estudantes nas escolas da rede e a formação de professores para atuação nesses modelos de educação.

Recomendamos verificar se os objetivos do PLI estão alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, e considerar essas diretrizes na construção de indicadores de monitoramento específicos para essa modalidade.

É importante entender também se os IFs foram adaptados ou construídos tendo em conta as especificidades da educação indígena e, com isso, considerar o grau de satisfação dos estudantes e da comunidade com a oferta dos IFs, as condições materiais e de infraestrutura nas escolas e a disponibilidade e formação de professores para o desenvolvimento dos IFs a essa população específica.

O diálogo com membros da comunidade, em especial com as lideranças ligadas à pauta da Educação Indígena é determinante para verificar a adesão da proposta pedagógica ao contexto da comunidade. A proposta pedagógica deve contemplar o histórico de lutas e conquistas vivenciado pela comunidade, valorizando seu engajamento.

Os aspectos de temporalidade específicos da cultura indígena precisam ser considerados na construção do calendário do IFs e também do calendário de monitoramento de indicadores e visitas às escolas.

Alguns indicadores relevantes para o monitoramento:

- número e % de escolas de Ensino Médio em comunidades/territórios indígenas;
- número e % de escolas de Ensino Médio que recebem estudantes de comunidades/territórios indígenas;

- número e % de escolas cujos professores têm formação específica sobre educação indígena ou alguma pós-graduação (especialização ou mestrado);
- número e % de redes e de escolas com Aprofundamentos Curriculares, Projeto de vida e Disciplinas Eletivas relacionadas à educação indígena;
- número e % de escolas indígenas (nos territórios indígenas ou que recebem estudantes dessas comunidades) que têm conexão com a internet, acesso às tecnologias digitais ou às políticas de inclusão digital no território.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação em tempo integral

No caso da educação em tempo integral, a implementação do Novo Ensino Médio não representou um aumento de sua carga horária, mas sim uma reorganização da sua matriz de componentes e metodologias.

Desse modo, o monitoramento dessa oferta específica deve se atentar aos processos de adaptação da nova proposta pedagógica e à oferta de novos componentes curriculares, seus aprendizados e oportunidades de melhoria.

O primeiro ponto de destaque tem a ver com a reorganização dos componentes e a preparação dos professores. Os docentes da oferta de tempo integral tradicionalmente têm um tempo de planejamento dedicado para articulação entre os componentes básicos e a parte diversificada da matriz e para o planejamento coletivo. Eles também recebem formações sobre as metodologias propostas pelo programa. O monitoramento da implementação deve investigar se essas condições facilitaram a implementação da nova matriz curricular, e se existem casos de boas práticas a serem replicadas.

Com a introdução de novos componentes na matriz, é importante verificar se os professores conseguiram adaptar sua gestão do tempo de planejamento e incorporaram a estruturação desses componentes em sua agenda de trabalho.

Vale a pena investigar como o componente Projeto de Vida, já presente na matriz EMTI, assume o papel de articulador dos interesses dos estudantes na preparação para a escolha de IFs, e se foi realizado mapeamento de interesses ao longo dos anos, de que maneira e com que frequência.

Sobre a construção dos IFs nas escolas, a proposição de visitas de acompanhamento pode revelar se o desenho da oferta considerou efetivamente os interesses dos estudantes ou apenas os interesses dos professores.

Além disso, a carga horária expandida do EMTI e a limitação legal da Formação Geral Básica em 1.800 horas fazem com que os estudantes dessa oferta tenham uma carga horária correspondente a dois terços da matriz para o desenvolvimento de Itinerários Formativos. Assim, é válido compreender

se cada componente está alcançando seus objetivos específicos e se os estudantes estão engajados e satisfeitos com as metodologias propostas.

Alguns indicadores relevantes para o monitoramento:

- taxa de infrequência e evasão nos novos componentes;
- taxa de evasão e de aprendizagem nos múltiplos IFs escolhidos pelos estudantes, ou IFs de carga horária estendida;
- índice de satisfação dos estudantes e professores em relação aos IFs;
- distribuição da carga horária dos professores;
- Existência de formas de participação dos estudantes na proposta pedagógica.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Ensino médio noturno

A discussão sobre a implementação e o monitoramento dos IFs no Ensino Médio noturno envolve o reconhecimento do perfil específico de estudantes desse tipo de oferta. No que tange a seu perfil social, carga horária escolar e – eventualmente – de trabalho, persistência de defasagens de aprendizagem e dificuldades de engajamento e perspectivas de Projeto de Vida.

Recomendamos verificar se a oferta de IFs consegue efetivamente engajar os estudantes, se foi realizada adaptação do catálogo para o contexto e se essas adaptações dialogam com os interesses dos estudantes. Pode ser relevante saber quais foram os critérios utilizados para a escolha dos IFs pelos estudantes.

É importante também entender como a carga da matriz está sendo desenvolvida e se é perceptível maior aprendizagem e frequência dos estudantes nos IFs.

É válido refletir se os IFs desenvolvem estratégias de superação dos desafios de aprendizagem e engajamento dos estudantes por meio dos componentes de Projeto de Vida. Além disso, se a oferta de IFs de EPT tem se desenvolvido nessa modalidade.

Alguns elementos relevantes para o monitoramento:

- taxas de infrequência e evasão das turmas, por componente;
- oferta de componente por meio da EAD, o engajamento e a aprendizagem dos estudantes por meio dessa ferramenta;
- oferta e matrículas nos IFs de EPT.

Monitoramento

DE OLHO NA EQUIDADE

esp

ead

eja

cam

qui

ind

emti

not

jpl

Educação em espaços de privação de liberdade

A implementação dos IFs nos variados modelos de educação em espaços de privação de liberdade contempla uma série de desafios específicos desse tipo de oferta que devem ser considerados pelas equipes de implantação.

O primeiro deles diz respeito à efetiva oferta desse modelo educacional, em que temos, por vezes, falta de professores, profissionais que não receberam necessariamente formação para atuar nesse contexto e carência de organização para a oferta de turmas.

Considerando o número restrito de estudantes e professores e a possibilidade da existência de turmas multisseriadas, um ponto de reflexão é sobre a efetiva viabilidade de um processo de escolha de IFs nesse regime. Em alguns casos, será oferecido apenas um único itinerário.

Outra discussão relevante está relacionada à transitoriedade do regime de privação de liberdade para esses jovens, considerando que é possível que eles não vivenciam a inteireza de sua formação do Ensino Médio nesse regime, a implementação dos IFs deve discutir sobre os processos de transferência e transição dessas matrículas:

a. Para ingressos: como dar continuidade aos IFs em desenvolvimento em período anterior ao regime de privação de liberdade? Como engajar estudantes ingressantes em atividades de IFs que já estavam em desenvolvimento?

b. Para egressos: como dar seguimento aos trabalhos desenvolvidos durante o cumprimento de medida socioeducativa nas unidades escolares externas e como garantir que esses estudantes não evadam dessas unidades?

A escuta de estudantes, professores e familiares pode ocorrer por meio de grupos focais.

Alguns indicadores relevantes para o monitoramento:

- números de turmas e estudantes por série;
- número de professores e IFs ofertados por unidade;
- número de IFs por área do conhecimento;
- mapeamento da continuidade dos estudos e conclusão do Ensino Médio por parte dos egressos;
- desempenho acadêmico dos estudantes em comparação com seus dados anteriores ao ingresso.

Na Paraíba, o desenvolvimento de atividades de tutoria com os estudantes em regime de privação de liberdade respeita o anonimato, previsto por protocolos de segurança, ao mesmo tempo em que garante a oferta e o atendimento dos estudantes com metodologias ativas de formação integral.

Esse contato anônimo pode ser uma estratégia para ações de monitoramento presencial, principalmente de viés mais qualitativo, como entrevistas ou grupos focais.



Guia de Itinerários Formativos

Volume III

Formação de educadores, atualização dos PPPs
escolares e monitoramento da implementação



Educação
e Trabalho



Instituto
Sonho
Grande



FUNDAÇÃO
TELEFÔNICA
vivo